

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
COORDENAÇÃO DE PSICOLOGIA**



**MAURICIA PAZ AGUIAR**

**MATERNIDADE, TRABALHO REMUNERADO E GRADUAÇÃO:**  
desafios psicossociais e educacionais dessa tripla jornada

Plate Spinner por Emma Black

**SÃO LUÍS**

**2019**

MAURICIA PAZ AGUIAR

**MATERNIDADE, TRABALHO REMUNERADO E GRADUAÇÃO:**  
desafios psicossociais e educacionais dessa tripla jornada

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia da  
Universidade Federal do Maranhão, como requisito  
parcial para a obtenção do título de Psicólogo.  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Áurea Pereira Silva

SÃO LUÍS

2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Aguiar, Maurícia Paz.

Maternidade, Trabalho Remunerado e Graduação: :  
desafios psicossociais e educacionais dessa tripla jornada  
/ Maurícia Paz Aguiar. - 2019.

74 f.

Orientador(a): Maria Áurea Pereira Silva.  
Monografia (Graduação) - Curso de Psicologia,  
Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2019.

1. Graduação. 2. Maternidade. 3. Psicologia Escolar  
e Educacional. 4. Trabalho Remunerado. I. Silva, Maria  
Áurea Pereira. II. Título.

MAURICIA PAZ AGUIAR

**MATERNIDADE, TRABALHO REMUNERADO E GRADUAÇÃO:**  
desafios psicossociais e educacionais dessa tripla jornada

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia da  
Universidade Federal do Maranhão, como requisito  
parcial para a obtenção do título de Psicólogo.  
Orientadora: Profª. Dra. Maria Áurea Pereira Silva

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/ 2019

BANCA EXAMINADORA

---

**Profª Drª Maria Áurea Pereira Silva (Orientadora)**  
Doutora em Psicologia como Profissão e Ciência  
Universidade Federal do Maranhão/Departamento de Psicologia

---

**Profª Drª Denise Bessa Léda**  
Doutora em Psicologia Social  
Universidade Federal do Maranhão/Departamento de Psicologia

---

**Profª Drª Rosana Mendes Éleres de Figueiredo**  
Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento  
Universidade Federal do Maranhão/Departamento de Psicologia

*Dedico este trabalho à todas as mulheres que ao longo da história lutaram pelos seus direitos, permitindo assim, que hoje eu possa ter o privilégio de estar nesse lugar.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me fortalecer a cada dia e mesmo nos meus momentos de deserto mostrar seu imenso amor por mim. Tudo acontece no seu tempo.

Ao meu marido, Italo Fernandes, que acreditou na possibilidade da minha graduação antes mesmo que eu cresse. Sua companhia me fortalece. Obrigada por estar sempre ao meu lado me incentivando a buscar os meus sonhos e dividindo comigo a vida.

Aos meus filhos, Alexandre e Aquiles, pois mesmo quando não entendiam a minha ausência, me davam força para continuar em minha jornada. Obrigada por mostrarem que na maternidade tanto se ensina quanto se aprende, vocês me impelem a estar sempre em movimento para acompanhá-los. Agradeço a minha família por todo o suporte para que essa caminhada pudesse ser realizada.

As “irmãs cajazeiras”, Ivonet, Ivanilde e Ivany, minha mãe e tias. A força de vocês como mulheres me guia, pois mesmo frente as adversidades que a vida lhes trouxe, vocês nunca desistiram. Minha mãe, em especial, obrigada pela luta cotidiana ao nos criar e sonhar com um futuro melhor para nós, essa vitória é sua também.

Minhas irmãs, minhas companheiras em todos os momentos da vida. Narjarah, sempre determinada, me mostra que a vida lhe deu limitações físicas, mas que sua obstinação transpõe todas as barreiras impostas. Ruth, sua esperança e perseverança sempre me surpreendem, pois, confiando no Senhor é um pilar de fé. Thayse, seu carinho, determinação nos estudos e na vida me inspiram a continuar sempre. Obrigada por estarem comigo nas dores e alegrias. Que possamos sempre saber de onde viemos e para onde caminhamos sempre unidas com muita graça e luz.

Aos meus amigos da turma 2011.1, que iniciaram o primeiro ciclo da graduação comigo, Adrienne Moraes, Samiris Costa, Lizandra Sodré, Andresa Menezes, Ruan Ferreira e Jadson Ramos, desses encontros que a vida reserva, vocês foram e são importantes na minha jornada. Adrienne e Samiris, obrigada por, mesmo quando eu estava distante, vocês terem se mantido tão próximas e companheiras, muito feliz de ter vocês na minha vida.

No meu retorno ao Curso, agradeço a Mariana Paiva por estender a mão e me acolher me fazendo sentir parte de um grupo novamente. Sarah Duarte por dividir mais que seus apontamentos, caronas e seu ouvido, você sabe que me ajudou em muitos momentos.

À Valeria Lameira, sua responsabilidade com o trabalho me inspira a me movimentar. Ao meu grupo de estágio e estudo: Alexia Martins, Deborah Pinheiro, Girlane de Oliveira, Iago

de Sousa, Jordana Cardoso, Leticia Melo e Luís Paulo, tempo maravilhoso compartilhado com vocês. Que em nossas vidas os encontros sejam constantes.

À minha orientadora, professora Maria Áurea, agradeço por Deus ter lhe colocado em meu caminho. Difícil encontrar palavras para falar, pois nesse momento de finalização de um ciclo, ocupou papel maior que o de apenas orientar a monografia. Obrigada pela sabedoria das palavras ditas, por compartilhar o conhecimento, pela simpatia e principalmente o cuidado. A senhora me inspira com sua ética.

Às minhas companheiras de orientação, em especial, Maiara Lima e Maayan Silva, pelo incentivo, apoio e, muitas vezes, os auxílios que nos demos. Foi um prazer ter a companhia de vocês.

Às professoras e professores do DEPSI, aos professores substitutos e aos professores de outros departamentos, sempre dispostos a compartilhar seus conhecimentos e principalmente tornar seus alunos críticos frente as questões que emergem na sociedade.

Não poderia deixar de agradecer a Zilfa, que já me deu soluções e conforto com suas palavras tantas vezes. Agradeço também ao Waldir e ao Carlos. Enfim, agradeço àqueles que contribuíram nessa caminhada.

*“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar” (Paulo Freire).*



## RESUMO

A trajetória da mulher na sociedade tem sido marcada pela desigualdade de gênero. As múltiplas jornadas que desempenha, comparadas às que o homem desenvolve, lhe deixam em desvantagem, pois atividades como a maternidade e majoritariamente as tarefas domésticas, em nossa sociedade, são desempenhadas pelas mulheres, sendo despendida, assim, maior carga horária na sua rotina diária, principalmente quando concilia essas atividades com o trabalho remunerado e a graduação. Esta pesquisa teve por objetivo analisar as concepções de estudantes do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão que realizam a tripla jornada – maternidade, trabalho remunerado e graduação – sobre os impactos psicossociais e educacionais oriundos destas múltiplas tarefas. A amostra desta pesquisa foi composta por quatro estudantes do referido curso, maiores de idade, que são mães – com filho(s) entre 0 e 12 anos de idade incompleto(s) residente(s) na mesma casa da mãe – e exerciam atividade remunerada (com ou sem vínculo empregatício), e que estivessem regularmente matriculadas no semestre de 2018.2. Trata-se de uma pesquisa de campo de caráter qualitativo e quantitativo, alicerçada no Método Dialético. Utilizaram-se como instrumentos: um Roteiro de entrevista, um Questionário sociolaboral e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A partir dos resultados obtidos, foram elencadas três categorias para análise. Nos relatos das participantes foram identificadas dificuldades acadêmicas, obstáculos no cumprimento da tripla jornada, falta de tempo, prejuízos à saúde mental e à física, dentre outros. Esta pesquisa busca contribuir com a sociedade, especialmente com reflexões e análises que possam promover transformações, possibilitando a saúde mental das mulheres. Ademais, fornecer subsídios para possíveis intervenções no campo da Psicologia Escolar e Educacional, considerando-se que a Escola se constitui em um espaço de exercício democrático, no qual devem ocorrer diversas discussões de aprendizagens relativas à vida humana.

**Palavras-chave:** Maternidade; Trabalho Remunerado; Graduação; Psicologia Escolar e Educacional.

## ABSTRACT

The trajectory of women in society has been marked by gender inequality. The multiple journeys that she performs, compared to those developed by the man, leave her at a disadvantage, since activities such as motherhood and most of the domestic tasks in our society are performed by women, and therefore more time is spent in their daily routine, especially when reconciling these activities with paid work and graduation. The objective of this research was to analyze the conceptions of students of the Psychology Course of the Federal University of Maranhão, who carry out the triple journey - maternity, paid work and graduation - on the psychosocial and educational impacts of these multiple tasks. The sample of this research was composed of four students of this course, who are adults, who are mothers - with children between 0 and 12 years of age incomplete (s) resident in the same house as the mother - and exercised activity (with or without employment relationship), and who were regularly enrolled in the semester of 2018.2. It is a field research of qualitative and quantitative character, based on the Dialectic Method. The following instruments were used: an interview script, a socio-labor questionnaire and the Informed Consent Term. From the obtained results, three categories for the analysis were listed. In the reports of the participants, academic difficulties, obstacles in accomplishing the triple journey, lack of time, damages to mental and physical health, among others, were identified. This research seeks to contribute to society, especially with reflections and analyzes that can promote transformations, making possible the mental health of women. In addition, to provide subsidies for possible interventions in the field of School and Educational Psychology, considering that the School constitutes a space of democratic exercise, in which there must occur several discussions of learning related to human life.

**Keywords:** Maternity; Paid Work; University graduate; School and Educational Psychology.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Idade.....	42
QUADRO 2 – Período/Etapa do Curso.....	42
QUADRO 3 – Estado Civil.....	42
QUADRO 4 – Número de pessoas na residência das participantes.....	43
QUADRO 5 – Quantidade de filhos.....	43
QUADRO 6 – Faixa etária dos filhos.....	43
QUADRO 7 – Auxílio de outro(s) no cuidado com os filhos das participantes.....	44
QUADRO 8 – Participantes tornaram-se mães durante a graduação.....	44
QUADRO 9 – Trabalho remunerado atual.....	44
QUADRO 10 – Intervalo de Tempo de Trabalho.....	44
QUADRO 11 – Faixa Salarial.....	45
QUADRO 12 – Vínculo empregatício.....	45
QUADRO 13 – Ano e semestre de ingresso no Curso de Psicologia.....	45
QUADRO 14 – Ausência no Trabalho e/ou Graduação por conta da maternidade.....	45
QUADRO 15 – Horas diárias em cada jornada.....	46

## LISTA DE TABELAS

TABELA A – Atividades acadêmicas na graduação – 2018.2.....	46
TABELA B – Como lidavam com a maternidade na tripla jornada.....	47
TABELA B1 – Como lidavam com o trabalho remunerado na tripla jornada.....	47
TABELA B2 – Como lidavam com a graduação na tripla jornada.....	48
TABELA C – Desafios encontrados com a maternidade.....	48
TABELA D – Desafios encontrados no trabalho remunerado.....	49
TABELA E – Desafios encontrados na graduação.....	50
TABELA F – Como se sente ao exercer a tripla jornada.....	51
TABELA G – Reconhecimento pela tripla jornada – família, trabalho e universidade.....	52
TABELA H – Senso das participantes sobre a concepção social da tripla jornada.....	52

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPEE	Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional
ANPEPP	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCH	Centro de Ciências Humanas
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CLT	Consolidação da Leis do Trabalho
CONSUN	Conselho Universitário
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
Scielo	Scientific Electronic Library Online
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	OBJETIVOS.....	18
2.1	Objetivo geral.....	18
2.1	Objetivos específicos.....	18
3	CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MATERNIDADE.....	19
3.1	A maternidade como construção social.....	19
3.2	Rede de apoio no cuidado com o(s) filho(s).....	22
4	CONSTRUÇÃO SOCIAL DO TRABALHO.....	25
4.1	Divisão sexual do trabalho.....	25
4.2	Direitos trabalhistas e políticas públicas.....	28
5	ENSINO SUPERIOR: inserção da mulher.....	31
5.1	Psicologia Escolar e Educacional nas Instituições de Ensino Superior.....	34
6	METODOLOGIA.....	37
6.1	Método.....	37
6.2	Local da pesquisa e breves informações do Curso de Psicologia/UFMA.....	38
6.3	Amostra.....	38
6.4	Instrumentos e materiais.....	39
6.5	Procedimentos.....	40
6.6	Análise de dados.....	41
7	RESULTADOS.....	42
7.1	Questionário sociolaboral.....	42
7.2	Roteiro de entrevista.....	46
8	DISCUSSÃO.....	53
8.1	Impactos educacionais com a tripla jornada.....	53
8.2	Desafios psicossociais com a tripla jornada.....	56
8.3	Opinião das participantes sobre a concepção social da tripla jornada.....	59
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
	REFERÊNCIAS.....	64
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturado.....	71
	APÊNDICE B – Questionário sociolaboral.....	72
	APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.....	73

<b>APÊNDICE D – Termo de Anuência.....</b>	<b>74</b>
--	-----------

## 1 INTRODUÇÃO

Em nossa sociedade, em geral, a mulher tem a função de desenvolver atividades relacionadas à procriação, à gestação, aos cuidados com a criança, e com o trabalho, seja remunerado (aquele cuja a produção é voltada para o mercado econômico) seja não remunerado (aquele cuja as atividades estão relacionadas com o lar e com a família). Estudos sobre o trabalho remunerado e a maternidade constituem temáticas discutidas atualmente, bem como a participação das mulheres no Ensino Superior.

Com a crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho, a jornada múltipla de tarefas realizadas por estas vêm cada vez aumentando, bem como as críticas impostas pela sociedade à mulher. De acordo com pesquisas, a mulher leva desvantagem em relação aos homens, referente ao tempo despendido entre o trabalho remunerado e tarefas diversas, por exemplo, o trabalho doméstico, a maternidade e outras (IBGE, 2018).

As relações de gênero estão imbricadas social e culturalmente, e a mulher, apesar de algumas evoluções, ainda se encontra numa posição em que lhe são negados os direitos igualitários (BIROLI, 2018). De maneira geral, “[...] vimos como as mulheres tentaram, por diversos caminhos, romper com os tetos de vidro que as sociedades lhes impuseram. De vidro porque eram quase invisíveis, possíveis de quebrar, mas limitantes de seu crescimento” (MELO; THOMÉ, 2018, p. 173).

A Organização das Nações Unidas – ONU, em reunião realizada em 2005, na Assembleia Geral das Nações Unidas, propôs vários objetivos em relação ao desenvolvimento sustentável, dos quais um versa sobre a equidade de gênero – o referido órgão recomenda campanhas e ações mundiais até o ano de 2030 (ONU Mulheres, 2016). Cabendo à sociedade como um todo a responsabilidade de atuar para suceder mudanças.

Com a conquista de direitos, a mulher pode exercer atividade remunerada e outras atividades conjuntamente, entretanto, estudos demonstram que a saúde mental delas pode ser afetada por múltiplas jornadas (ÁVILA; PORTES, 2012). Além disso, essa situação pode ensejar a exclusão de alguns aspectos da sua vida, e como exemplo, a ausência total ou diminuta da participação na política, no lazer e nos cuidados consigo mesma. Apesar da divisão do tempo com diversas tarefas, atualmente, as mulheres têm apresentado maiores níveis de escolaridade.

A Lei nº 13.005/2014 estabeleceu no Plano Nacional de Educação – PNE, metas de inclusão na Educação Infantil – no mínimo de 50% de crianças nas creches – menores de 3 anos de idade, bem como a oferta escolar do Ensino Básico em turno integral (BRASIL, 2014). A implementação e cumprimento de leis e de Políticas Públicas favorecem a entrada e a



permanência das mulheres no mercado de trabalho, uma vez que possivelmente diminuirá a sobrecarga proveniente das várias jornadas que tendem a desencadear problemas psicossociais.

As mulheres com tripla jornada, por vezes, têm desenvolvimento acadêmico abaixo de suas capacidades, pois esse tripé – maternidade<sup>1</sup>, trabalho remunerado e graduação – de atividades e cobranças impostas pelos grupos sociais pode acarretar prejuízos à saúde mental, a exemplo da angústia, ansiedade, depressão e outros.

Em estudos recentes de Andrade *et al* (2016) são apresentados dados que revelam a percepção de graduandos em Psicologia sobre a sua vivência acadêmica e a discussão sobre o desencadeamento de sofrimento psíquico. Elementos como carga horária excessiva, dentre outros, são evocados por partes dos alunos como dificuldades encontradas no decorrer de sua graduação. Nesse sentido, pode-se suscitar a reflexão acerca da vivência acadêmica de mulheres que são mães e exercem trabalho remunerado, e, desta maneira, levantar questionamentos que possam contribuir com discussões sobre o tema.

O cuidado com a saúde mental nas instituições educacionais deveria ser auxiliado por vários profissionais, dentre eles, o psicólogo que trabalha na interface Psicologia e Educação. O exercício do psicólogo escolar na Educação Superior “[...] instala o desafio de construir novas e diferenciadas oportunidades de intervenção, condizentes com as particularidades do contexto” (BISINOTO; MARINHO-ARAÚJO; ALMEIDA, 2011, p. 49).

O fracasso escolar no Ensino Superior assim como em outras etapas do ensino é constantemente relacionado ao aluno, isentando, entre outras, as práticas das instituições e dos professores. O psicólogo escolar, nesse contexto, tem a sua atuação voltada para as demandas imediatas, geralmente não intervindo em questões mais complexas que considerem diversos aspectos que circunscrevem as situações que ocorrem nas Instituições de Ensino Superior (IES) (MARINHO-ARAÚJO, 2016; MOURA; FACCI, 2016). Nessa perspectiva, compreende-se que os psicólogos escolares e educacionais “[...] também são agentes de produção e reprodução do modelo social e, por isso, nem sempre se apresentam esclarecidos em relação à forma com que exercem suas práticas” (MOURA; FACCI, 2016, p. 507).

A escolha desse tema se deu a partir da vivência da pesquisadora enquanto mãe, trabalhadora do setor privado e universitária – o que ocasionou, à época, inquietações, déficits e reflexões que culminaram no desligamento do trabalho remunerado e continuação das outras duas jornadas – posteriormente, houve interesse em discutir sobre a tríade mencionada, o que instigou a realização deste estudo.

---

<sup>1</sup> Maternidade é o estado ou qualidade de mãe (HOUAISS, 2010).

Inicialmente, fez-se um levantamento nas bases de dados da Scientific Electronic Library Online (*Scielo*) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – banco de dados das teses e dissertações, sendo utilizada a combinação de três índices: maternidade, trabalho remunerado e graduação, para os quais não foram encontradas produções científicas que versassem sobre os três índices conjuntamente.

A partir dessa sondagem, pretendeu-se com este estudo promover transformações, possibilitando reflexões na universidade e na sociedade, com vistas à saúde mental das mulheres. Além disso, fornecer subsídios para possíveis intervenções no campo da Psicologia Escolar e Educacional, fundamentados em discussões atuais, relacionadas às conquistas e às lutas femininas por igualdade de oportunidades.

Esta monografia está organizada em nove partes, a saber:

- 1) A Introdução;
  - 2) Objetivos;
  - 3) O primeiro capítulo intitulado Construção Social da Maternidade – que apresenta breve história da construção social da maternidade, a mitificação do conceito do amor materno como inato; e a rede de apoio necessária ao cumprimento da tripla jornada;
  - 4) O segundo capítulo discorre sobre a Construção Social do Trabalho, o qual aborda sucinto histórico da participação feminina no trabalho remunerado, a divisão sexual do trabalho, confrontando com as questões de gênero implicadas nesta relação; além de discutir as Políticas Públicas e os direitos trabalhistas relacionados à reprodução feminina;
  - 5) O terceiro capítulo evidencia a inserção da mulher no Ensino Superior, apresentando abreviada história do processo de exclusão das mulheres à educação formal e posterior admissão na Educação Superior; e discute a Psicologia Escolar e Educacional nas IES;
  - 6) A Metodologia com os seguintes subitens: método, local da pesquisa, amostra, instrumentos e materiais, procedimentos e a análise dos dados obtidos;
  - 7) Os Resultados – encontrados a partir da aplicação do Questionário Sociolaboral e da Entrevista;
  - 8) A Discussão dos resultados; e a seção
  - 9) Considerações Finais.
- Finalizando, estão as Referências Bibliográficas e os Apêndices.

## **2 OBJETIVOS**

Os objetivos foram os apresentados abaixo.

### **2.1 Objetivo geral:**

Analisar as concepções de alunas do Curso de Psicologia da UFMA sobre os impactos psicossociais e educacionais em suas atividades de maternidade, trabalho remunerado<sup>2</sup> e graduação.

### **2.2 Objetivos específicos:**

- a) Identificar os impactos psicossociais e educacionais que permeiam a relação entre as atividades da maternidade, do trabalho remunerado e da graduação; e
- b) Descrever como as discentes lidam em relação à maternidade, o trabalho remunerado e a graduação.

---

<sup>2</sup> Trabalho remunerado será considerado neste estudo, aquele em que é exercida atividade laboral remunerada, com ou sem vínculo empregatício (trabalho informal).

### 3 CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MATERNIDADE

“Triste, louca ou má  
 Será qualificada ela quem recusar  
 Seguir receita tal, a receita cultural  
 Do marido, da família, cuida, cuida da rotina”  
 (Francisco, *el Hombre, Triste, louca ou má*).

O presente capítulo apresenta a maternidade como construção social, abordando o papel da mulher (maternidade) na sociedade que ao longo da História tem passado por diversas mudanças. Outrossim, o lugar que ela ocupa na família tem-se modificado, ensejando reflexões sobre a sua rede de apoio no cuidado com o(s) filho(s).

#### 3.1 A maternidade como construção social

Na sociedade ocidental, a maternidade tem-se construído ao longo da História e a posição que a mulher ocupa em relação à criança e à família é diversificada, dependendo da época e da sociedade. A maternidade se distingue da *maternagem*. Enquanto a primeira é tradicionalmente reconhecida pela relação biológica, a segunda é identificada pela relação afetiva e pelo cuidado que pode ser realizado pela mãe ou por outra pessoa que desempenhe esta função, variando, ou pela cultura ou pelo período histórico (GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014).

Na Idade Média, na ausência do marido a mulher assumia a autoridade da casa. Nesse período começou a ser convencionada a dedicação da mulher com o cuidado à criança e às atividades da família. Contudo, não havia comunhão dos bens, pois o marido e a esposa geriam cada qual seus bens familiares anteriores ao casamento (ARIÈS, 1981).

No início da Idade Moderna, a autonomia da mulher foi retirada e ela nem geria mais seus bens e nem respondia por si mesma, uma vez que todos os seus atos deveriam ser autorizados pelo marido (ARIÈS, 1981). Nesse sentido, “[...] o patriarcado teria sido caracterizado pela *exclusão* das mulheres e pelo controle direto de um homem sobre uma mulher, [...]. A família estava no centro dessa dinâmica de opressão, por ela denominada ‘patriarcado privado’ ” (BIROLI, 2018, p. 31).

Nessa época, em classes socioeconômicas mais favorecidas, a prática da *maternagem* dificilmente era exercida pela mãe biológica da criança – a mulher se ocupava do marido e das atividades sociais (GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014). A criança ao nascer poderia ser amamentada e cuidada por uma ama ou por sua mãe biológica, e, ao ser desmamada, era

introduzida no núcleo familiar e convivia com os adultos, não sendo distinguida como um diferente destes. Era considerada um miniadulto (ARIÈS, 1981).

As mulheres oriundas de famílias pobres, frequentemente abandonavam os filhos à própria sorte, uma vez que não poderiam mantê-los (GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014). A amamentação e os cuidados realizados pela ama eram insuficientes e geralmente resultavam em alta taxa de mortalidade infantil. Importa ressaltar que as mulheres da referida classe social eram amas de leite das crianças de condições socioeconômicas mais favorecidas.

No século XVI, o pensamento teológico-cristão, com a visão augustiniana de que as crianças em essência seriam más, recomendava que a mãe fosse rigorosa ao amamentar o filho, e mesmo que a criança chorasse querendo mamar, só deveria ser alimentada na quantidade e horário necessários, pois a ternura que por ventura lhe dessem iria contribuir para que ela não se adequasse à moral e assim não expiaria o seu pecado original (BADINTER, 1985). Nota-se que nesse período a mãe não era incentivada a demonstrar carinho ao seu filho, a ser uma mãe amorosa, mas sim, ter uma atitude austera e autoritária.

Com o domínio do pensamento religioso, difundido na sociedade com a Reforma Protestante e a Contrarreforma Católica, houve a exigência da fidelidade matrimonial ao homem, pois à mulher a fidelidade sempre fora exigida, sendo castigada caso não a cumprisse. Outrossim, os filhos ilegítimos eram execrados pela sociedade, e com isso muitas mulheres, geralmente as que não eram casadas, apelavam ao abandono infantil, ao aborto e até mesmo ao infanticídio, uma vez que não tinham o sustento assegurado (MALDONADO, 2005).

A partir do século XVII, surgiu a concepção de uma fase da vida denominada infância, na qual os cuidados com os filhos passaram a ser despendidos, e a criança tinha certa importância na família (ARIÈS, 1981). Com o tempo, a moral e a religião tiveram peso maior na constituição da família, e coube à mulher o papel social de zelar e educar o infante.

No Brasil, século XVIII, era comum crianças abandonadas na rua ou em lixeiras. Nesse período, a Casa dos Expostos foi fundada, sendo a primeira em Salvador - BA (1726), logo depois no Rio de Janeiro - RJ (1738) e em Recife - PE (1789). A Casa dos Expostos destinada ao acolhimento de crianças abandonadas, geralmente fruto de relações ilegítimas perante a Igreja e a sociedade, que consideravam as mães que abandonavam os filhos ingratas e sem amor (MALDONADO, 2005).

Ressalte-se que, desde o Brasil Colônia, entre os séculos XVI e XVIII, o modelo de família e o de maternidade acompanharam o modelo europeu. A família colonial se norteou nos costumes que vieram a compor a estrutura da sociedade brasileira, formada pela cultura de seus colonizadores, os portugueses. Contudo apresentava características regionalizadas pela

múltipla composição territorial e costumes que se foram modificando com as características dos colonizadores, escravos e indígenas, ao passar do tempo (ALGRANTI, 1997).

O discurso vigente no século XVIII, denominado médico-higienista, de cunho masculino, se apossou de um saber sobre o corpo da mulher. As novas especialidades da Medicina que enfatizaram, na anatomia, o corpo feminino frágil e sensível, estabeleceram o lugar da mulher na sociedade como procriadora. Dessa maneira, ao homem caberia o trabalho pesado, o sustento da família, e à mulher o cuidado e o amor para com o(s) filho(s). Outros segmentos, como o social e o religioso, apoiaram-se nesse saber e promulgaram o mito do amor materno como inato no imaginário social (MALDONADO, 2005; GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014).

Esse mito surgiu por volta do século XVIII, embasado em publicações médicas e na obra de Rousseau (Emile, 1762), estabelecendo à mãe a obrigação do cuidado com a criança – a boa mãe seria aquela que fornecesse à criança o seu leite (GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014). Esse discurso demonstra “[...] o fato de que essa dedicação da mulher ao papel materno deve-se muito mais a uma transposição social e cultural das suas capacidades de dar à luz e amamentar” (COLARES; MARTINS, 2016, p. 43).

O conceito do amor maternal impregna-se na família moderna, tornando-se inerente à mãe. No fim do século XVIII, esse conceito sugeria um sentimento novo, no entanto, o que é recente nesse conceito é a ascensão do sentimento da mãe por seu filho, enfatizando a importância natural e social (BADINTER, 1985).

Para que mudanças de pensamento sobre o amor materno ocorressem, três discursos foram proferidos, mas nem todos eram relacionados diretamente à mulher. No discurso econômico, os cuidados que a mãe teria com a criança diminuiria a mortalidade infantil e haveria um aumento populacional, o que significava em aumento de mão de obra trabalhadora; no discurso de uma nova filosofia – a filosofia das luzes, pautada nos ideais de igualdade e felicidade em que se propagava a admiração às mães dedicadas e amorosas; e no discurso dos intermediários, o Estado difundia que a vida da criança dependeria do cuidado que as mães teriam com seus filhos, colocando, assim, a responsabilidade da sobrevivência da criança na mãe (BADINTER, 1985).

No século XX, com influência da Psicanálise, a mulher assumiu a responsabilidade do cuidado emocional da criança e do seu desenvolvimento saudável. Embora a Psicanálise não tenha atribuído somente à mãe essa responsabilidade, foi sobre os seus ombros que a “culpa” de qualquer desordem que a criança venha a apresentar recaiu (BADINTER, 1985; MALDONADO, 2005).

Na concepção de Beauvoir (1949/2016), a maternidade estabeleceu-se para a mulher como forma de controle, entretanto, para cada uma com significação e afetos diferentes, como forma de dominação dos corpos femininos – dessa maneira, a concepção da maternidade nada teria de natural ou inato.

Em consonância com o pensamento de Beauvoir (1949/2016), Biroli (2018) acrescenta que, para além do tornar-se mulher, a maternidade é construída com a adição de outras variáveis. Nesse sentido “família e maternidade são vividas de formas distintas pelas mulheres (e também pelos homens e pelas crianças), segundo sua posição relativa em outros eixos da opressão nas sociedades, como classe, raça e sexualidade” (BIROLI, 2018, p. 100).

Enfatiza-se que as diversas concepções a respeito da maternidade foram produzidas por discursos sociais e científicos e as discussões sobre a maternidade devem ser analisadas, vistas em cada época e cultura, pois a maternidade é uma construção social mitificada num amor incondicional que partiria da mulher (RESENDE, 2017).

A maternidade depende também da classe social a que a mulher pertence, e não se pode falar da maternidade com um só modelo aplicável a todas as mulheres. A diferença não se dá apenas no gênero, na desigualdade binária entre homem e mulher: a distinção ocorre na própria construção do ser mulher, ser mãe e em diferentes vivências de maternidade, uma vez que para cada mulher a maternidade se constitui de maneira, tempo e vivência diferentes (BIROLI, 2018).

Importante ressaltar que não foi objetivo discutir aqui se o amor materno existe ou não, mas, sim, a ideia de amor materno como algo inato e ilimitado na mulher. A propagação do amor materno inato, atribuído à mulher como obrigação, não deixa opção de escolha, mas impõe idealizações morais e sociais.

### **3.2 Rede de apoio no cuidado com o(s) filho(s)**

Em nossa sociedade, a romantização da maternidade pode tornar complexa a vivência da mulher como mãe, o que implica em dificuldades para atender às idealizações sociais impostas, uma vez que, hoje, o cuidado com a criança ainda é predominantemente da mãe. Histórica e majoritariamente, a mulher está encarregada da família, da casa e da criança. “O trabalho de cuidado foi exercido por muito tempo por mulheres, no interior do espaço doméstico, na esfera dita “privada”, de forma gratuita e realizado por amor, com os idosos, crianças, doentes, deficientes físicos e mentais” (HIRATA, 2015, p. 9).

A expressão “rainha do lar”, àquela que é responsável pelos cuidados com a(s) criança(s) e com a casa foi-se aproximando à figura da mulher, e isto lhe proporcionou valorização e respeito por parte da sociedade, desde que não se afastasse da esfera do lar (MOURA; ARAÚJO, 2004). Com essa visão, os afazeres domésticos não são distribuídos de forma igualitária para homens e mulheres, mesmo que cada constituição familiar ocorra em diferentes formas e época.

Além da tradicional família nuclear há outras configurações familiares: àquela em que a mulher não conta com a presença de parceria, constituindo-se a família monoparental; e a denominada família ampliada, quando ela divide o cuidado dos filhos com a avó ou com outros familiares. Atualmente, existem famílias de casais homoafetivos – formados por duas pessoas do mesmo sexo (BIROLI, 2018). As famílias chefiadas por mulheres somam 40,5%, de acordo com estudo realizado com os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) (IPEA, 2017).

O auxílio de parentes é ainda o principal pilar do apoio no cuidado com as crianças, especialmente em famílias monoparentais, em que a mulher exerce atividade remunerada além da maternidade. Existem, também, outros arranjos utilizados que auxiliam no cuidado com o(s) filho(s), tais como a creche e a escola (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007).

Geralmente, os pais têm responsabilidade no cuidado com os filhos, porém se isentam deixando somente para a mulher a ocupação com a sua prole e com o lar. Sorj (2014) refere em seus estudos que as experiências para o homem e a mulher são diferentes no que se relaciona à esfera doméstica e cuidados com o(s) filho(s), o que é corroborado quando verificado o tempo despendido.

Índices apresentados pelo IBGE (2018) demonstram que a mulher tem carga horária relacionada aos afazeres domésticos, superior (18,1 horas) em comparação ao tempo dedicado pelos homens (10,5 horas). No Brasil, “[...] ao desagregar por região, verifica-se que a maior desigualdade na distribuição de horas dedicadas a estas atividades está na Região Nordeste, onde as mulheres dedicam cerca de 80% a mais de horas do que os homens, alcançando 19 horas semanais” (IBGE, 2018, p. 3).

Em nossa sociedade, como já referido, a mulher tem funções com a maternidade e com o cuidado dos filhos, além do trabalho não remunerado no lar. Ao assumir essas responsabilidades ela se torna vulnerável socialmente, pois apresenta dificuldades em exercer o trabalho remunerado (HIRATA, 2015; BIROLI, 2018), principalmente por seu tempo reduzido para ampliar sua qualificação – exigências peculiares do mercado de trabalho, ademais tais exigências exercem pressão menor nos homens que nas mulheres.



As mulheres de classe econômica alta podem valer-se da mercantilização nos cuidados com a casa e com seu(s) filhos(s), podendo dedicar seu tempo a outras atividades (SORJ, 2014). A contratação de babás ou empregadas domésticas é geralmente privilégio de classes com maior renda econômica, mas questiona-se: quem cuida do(s) filho(s) das mulheres que se dedicam às outras crianças?

Em resposta a esse questionamento, tem-se o *modelo de delegação*, no qual as mulheres economicamente abastadas delegam a outras mulheres as tarefas domésticas e familiares. Contudo, as mulheres, que se dedicam ao trabalho de cuidar da família e dos filhos de outra mulher, também incumbem a outras mulheres o cuidado de seus filhos, porém vivenciam consequências diferentes de suas patroas (HIRATA; KERGOAT, 2007).

É necessário discutir sobre práticas e representações no espaço familiar, pois as concepções desse lugar, em nossa sociedade, remetem à associação de que cuidar da família e da casa é fenômeno natural da mulher, o que pode causar conformação e engessamento na sua posição social, dificultando mudanças de papéis na vida familiar (FREIRE, 2007).

A maternidade e a responsabilidade com os afazeres domésticos ainda apresentam entrave para as mulheres que desejam conciliar a progressão na carreira e a maternidade, pois, dedicando seu tempo no cuidado com afazeres domésticos e com os filhos, aumenta a carga horária, especialmente quando exercem trabalho remunerado.

## 4 CONSTRUÇÃO SOCIAL DO TRABALHO

*“A despeito de tanto mestrado,  
Ganha menos que o namorado  
E não entende o porquê”  
(Pitty, Desconstruindo Amélia).*

O presente capítulo aborda a construção social da mulher no espaço do trabalho remunerado, relacionando as questões de gênero, a divisão sexual do trabalho e suas implicações. Expõe também a participação feminina no espaço político, bem como os direitos trabalhistas relacionados a reprodução feminina, com as Políticas Públicas.

### 4.1 Divisão Sexual do Trabalho

Neste subitem utiliza-se o conceito de divisão sexual do trabalho a seguir:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Para Biroli (2018), a divisão sexual do trabalho, historicamente, além de ser atravessada pela questão do gênero – há diferença nos papéis masculinos e femininos no mercado de trabalho e outras variáveis, também, podem ser observadas, como as relações entre a organização do trabalho permeada por temas relacionadas à classe socioeconômica e à raça. As temáticas de classe e raça fomentam uma discussão dentro da categoria de trabalho feminina. Essa categoria não é algo estático, uma vez que a divisão sexual do trabalho afeta cada uma de acordo com a sua constituição social e as suas particularidades.

O labor ocupa um lugar central na vida das pessoas, não somente por ser um meio de renda para que o executa, mas também por fazer parte do cotidiano e conferir posição social. De acordo com Ribeiro e Léda (2004), o trabalho não se dá de maneira natural, não é algo intrínseco ao ser humano: é uma relação construída socialmente e vinculada ao processo histórico. Com isso, ele é pensado no contexto em que se insere e na diversidade que se estrutura. A vivência do trabalho não é igual, pois cada um se constitui de maneira própria podendo apresentar sentimentos ambíguos em relação a sua própria performance.

Historicamente, a mulher sempre se ocupou com a realização de trabalho, contudo, desde a Idade Média, a sua imagem é associada ao trabalho doméstico – natural e voluntário.

Com a Revolução Industrial, ela adentrou o mercado de trabalho, de forma remunerada, atendendo às exigências demandadas pelo Capitalismo (FONSECA, 2015). Com essa Revolução houve modificação nos aspectos socioeconômico, político e cultural aludindo ao cotidiano das pessoas (GUIRALDELLI, 2007).

A Revolução Industrial foi marcada pelos processos de produção e acumulação. O surgimento das fábricas, as intensas jornadas de trabalho e a baixa remuneração ensejaram as mulheres de classes menos favorecidas a se submeterem a condições desumanas, pois necessitavam do baixo salário para sobreviver com suas famílias, promovendo, assim, a sua inserção expressiva e definitiva no labor produtivo (GUIRALDELLI, 2007).

A sociedade moderna por intermédio do modelo patriarcal estabeleceu o lugar da mulher e o lugar do homem. A mulher seria responsável pela reprodução, cuidado com os filhos e com o lar, e ao homem caberia o encargo de provedor financeiro da família (HIRATA; KERGOAT, 2007; MELO; THOMÉ, 2018). No patriarcalismo foi imprimido às mulheres os aspectos históricos, sociais e ideológicos de dominação masculina, através da divisão sexual do trabalho (THOMÉ; SCHWARZ, 2015).

No Brasil, assim como em outros países, o patriarcado assinalou a entrada da mulher no mercado de trabalho, e sua inclusão se desenvolveu em pequenos passos nas atividades agrícolas, industriais e principalmente no trabalho doméstico remunerado; desta maneira, ela exercia atividades mal remuneradas que exigiam baixa qualificação (MELO; THOMÉ, 2018).

Nos debates teóricos que se tornaram referência para as análises sobre gênero e trabalho, nas últimas décadas, foram as abordagens feministas marxistas que deram maior atenção a este nexos. A posição das mulheres nas relações de trabalho está no cerne das formas de exploração que caracterizam a dominação de gênero (ou o patriarcado). Trata-se de um conjunto variado de abordagens, atravessado pelo problema da correlação entre a divisão do trabalho doméstico não remunerado, a divisão do trabalho remunerado e as relações de poder nas sociedades contemporâneas (BIROLI, 2018, p. 27).

O trabalho remunerado não é impossível para a mulher, podendo implicar em mais uma jornada de atividade, e isto faz com que entrem e saiam frequentemente do trabalho remunerado, e muitas vezes não obtendo desenvolvimento na carreira profissional de maneira igualitária ao homem (MELO; THOMÉ, 2018). “A dificuldade de conciliar as obrigações familiares com as atividades profissionais a colocam em desvantagem no mercado em relação aos homens, relegando-a, muitas vezes, a uma posição secundária” (NEVES, 2013, p. 407).

Nessa perspectiva, “[...] a divisão sexual do trabalho é uma base fundamental sobre a qual se assentam hierarquias de gênero nas sociedades contemporâneas, ativando restrições e desvantagens que modulam as trajetórias das mulheres” (BIROLI, 2018, p. 23).

A inserção da mulher no mercado de trabalho tem sido crescente nos últimos anos, e, apesar desse aumento, não houve acréscimo salarial para equivalência com o homem. Nesse seguimento, “[...] não é possível dissociar a questão da desigualdade de gênero nas relações sociais das relações de trabalho, da opressão e da característica predatória das relações capitalistas” (FONSECA, 2015, p. 91).

Conforme indicadores sociais (IBGE, 2018), as mulheres no mercado de trabalho recebem menos  $\frac{3}{4}$  (três quartos) de salário em relação aos homens e dedicam 73% de horas a mais em relação aos trabalhos domésticos e cuidados com os filhos. Em consonância com os indicadores, Melo e Thomé (2018) consideram a persistência da divisão sexual do trabalho e em como as mulheres poderiam utilizar o tempo gasto em ocupações domésticas no mercado de trabalho.

Em nossa sociedade, a imagem do homem liga-se à do trabalho produtivo, remunerado e voltado para a produção de bens. Mesmo com avanços de movimentos feministas em prol de mudanças de status da mulher na sociedade, bem como no aumento de mulheres no mercado de trabalho, histórica e socialmente a atividade doméstica não remunerada ainda está vinculada a uma obrigação feminina (MELO; THOMÉ, 2018).

No Brasil, ao longo do tempo, as estruturas familiares tiveram mudanças, como, por exemplo, as compostas por número reduzido de pessoas, dentre outras. Essas transformações podem trazer dificuldades na conciliação do trabalho remunerado com as atividades domésticas, uma vez que a diminuição de pessoas no mesmo domicílio pode atenuar a possibilidade de a mulher contar com apoio na divisão do cuidado com os filhos e com a casa (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007).

A conciliação entre vida familiar e trabalho remunerado requer algumas combinações para que torne possível a execução deste e das atividades domésticas, pois geralmente essas composições são feitas pela mulher.

Para Hirata e Kergoat (2007) e Hirata (2015), há modelos na conciliação entre a vida familiar e o mercado de trabalho: a) Modelo tradicional – o homem assume as finanças da família e a mulher dedica-se aos trabalhos domésticos e familiares; b) Modelo de conciliação – a mulher alia trabalhos domésticos, cuidados familiares e a vida profissional.; c) Modelo da parceria – pressupõe igualdade entre as divisões de tarefas domésticas, familiares e conciliação da vida profissional; e d) Modelo da delegação – a mulher transfere as atividades domésticas, cuidados com a família à outras mulheres (HIRATA; KERGOAT, 2007; HIRATA, 2015).

A participação da mulher no mercado de trabalho tem crescido independentemente do momento econômico do país. Anteriormente, esse crescimento era associado à necessidade

financeira das famílias, que impulsionavam as mulheres ao mercado de trabalho para auxiliar na renda familiar. Fatores como a escolarização mais elevada da mulher em relação ao homem e a emancipação feminina frente a questões culturais de gênero têm favorecido a entrada e a permanência da mulher no mercado de trabalho (SORJ, 2013).

No entanto, as mulheres ingressam no mercado de trabalho em condições muito desvantajosas em relação aos homens. Embora o diferencial de salários tenha declinado, a remuneração média feminina ainda corresponde a aproximadamente 70% da masculina. E elas continuam ocupando as posições mais precárias que o mercado oferece. Seu maior empregador é o serviço doméstico remunerado (SORJ, 2013, p. 483).

A inserção da mulher no mercado de trabalho possibilitou novas composições, aumentando-lhes o número nesse ambiente, entretanto, não houve mudanças sociais significativas para o homem, inclusive na responsabilidade doméstica, o que demonstra a permanência das questões relacionadas ao gênero e a manutenção da divisão sexual do trabalho (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007).

Nesse sentido “as normas sociais que regulam as relações entre trabalho e família são socialmente construídas e as políticas voltadas a esse objetivo sinalizam como a sociedade percebe e valoriza a conciliação dessas duas dimensões” (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007, p. 574).

Constantemente, a possibilidade encontrada pelas mulheres para geração de renda familiar é a entrada no mercado informal. Esse fenômeno tem crescido, uma vez que jornadas fixas de trabalho dificultam a inclusão da mulher no mercado formal, pois, como já referido, cabe-lhe o cuidado com a família e as tarefas domésticas. Nessa perspectiva, “o trabalho das mulheres, diferente do que acontece com os homens, não depende apenas da demanda no mercado ou da sua capacidade para atendê-la, mas decorre também de uma articulação complexa de características pessoais e familiares” (VERAS; OLIVEIRA, 2017, p. 130-131).

As mulheres que têm a necessidade de geração de renda, mas não conseguem inserção no mercado formal, recorrem ao mercado informal, não tendo, por vezes, seus direitos garantidos – por exemplo, licenças e auxílios – pela legislação trabalhista.

#### **4.2 Direitos Trabalhistas e Políticas Públicas**

No Brasil, o trabalho informal tem-se constituído como alternativa crescente na última década, principalmente entre mulheres que chefiam famílias monoparentais. O trabalho informal não possibilita direitos trabalhistas como o trabalho formal. Ademais, sabe-se que os

direitos trabalhistas perpassam pela questão de gênero, por exemplo, incidindo sobre a mulher a licença-maternidade de 120 dias, concedida pela Lei <sup>3</sup> nº 10.421, de 15 de abril de 2002 ou 180 dias quando a empresa adere ao Programa Empresa Cidadã <sup>4</sup> pela Lei nº 11.770, de 09 de setembro de 2008 (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007).

Atualmente, nem toda mulher que trabalha tem direito à licença-maternidade, somente as que têm vínculos trabalhistas de acordo com a Consolidação da Leis do Trabalho (CLT), ou com vínculo Estatutário. De acordo com Sorj (2013), trabalhadoras do setor informal são excluídas destes benefícios arcando com todo custo econômico e social. Ressalte-se profundo impacto no viés de gênero e na divisão sexual do trabalho, visto que a legislação vigente define o tempo majoritário da licença-maternidade, enquanto a licença-paternidade tem cinco dias conferida por lei (Lei nº 10.421 de 15/04/2002) e vinte dias, no caso da empresa participar do Programa Empresa Cidadã (Lei nº 11.770, de 09/09/2008).

O trabalho informal é a alternativa encontrada pela mulher para conciliar as jornadas diárias a serem executadas, isto é, – gerenciamento do lar, cuidado com os filhos e geração de renda para o sustento. “O trabalho em jornadas inferiores ao padrão estabelecido pela legislação trabalhista é um dispositivo comum utilizado pelas mães para ‘conciliar’ trabalho remunerado e trabalho não remunerado para a família.” (SORJ, 2013. p. 484).

De acordo com Sorj, Fontes e Machado (2007) e Sorj (2013), não têm havido Políticas Públicas expressivas que reduzissem essas desigualdades. O baixo investimento público, que facilitaria a conciliação entre o trabalho e a família, pune as mulheres – principalmente aquela de classe econômica menos favorecida, o que lhe enseja procurar serviços do setor privado, por exemplo, a creche. “[...] O resultado é o reforço das desigualdades de gênero no mercado de trabalho” (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007, p. 592).

As práticas sociais desiguais entre mulheres e homens, perpetuadas nas relações cotidianas, afetam, inclusive, o exercício democrático da mulher. Para a mulher, em nossa sociedade, o exercício do papel político se torna difícil, e temas referentes às questões femininas são discutidos e decididos por homens brancos de classe econômica elevada (BIROLI, 2018; MELO; THOMÉ, 2018).

A inserção da mulher em diversos espaços para além da esfera privada trouxe representatividade na atuação de Políticas Públicas, mesmo que reduzida, se comparada à

---

<sup>3</sup> Estabelecimento da Licença maternidade de 120 dias de acordo com o Art. 392 da CLT, instituído pela Lei nº 10.421, de 15/04/2002 (BRASIL, 2002).

<sup>4</sup> Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal – Licença Maternidade acréscimo de 60 dias, totalizando 180 dias e Licença paternidade, acréscimo de 15 dias, totalizando 20 dias (BRASIL, 2008).

participação masculina. “[...] O conceito de gênero como referência analítica relaciona-se às construções social e histórica do feminino e do masculino e das assimetrias que marcam as relações entre os sexos em nossa sociedade” (MELO; THOMÉ, 2018, p. 153).

Apesar das mulheres comporem cerca da metade da população brasileira, a representação nos espaços políticos ainda é reduzida. A sociedade, em geral, adota uma posição de neutralidade nesta questão, contudo, notadamente a diminuta participação política da mulher reflete os moldes sociais em que ela figura como secundária (MELO; THOMÉ, 2018).

A mulher é figura secundária desde as primeiras legislações no Brasil, entretanto, para os homens, a garantia dos direitos sociais avançou desde as Legislações Imperiais até o início século XX. Posteriormente, a partir da década de 1920, suscitaram a luta dos movimentos feministas e alguns direitos começaram a irromper – maior acesso aos estudos e o voto feminino, por exemplo. Todavia, as legislações, que envolviam as mulheres, geralmente, privilegiavam os homens, deixando-as em sua tutela (MELO; THOMÉ, 2018).

A conquista do voto não apresentou uma abertura para que a mulher pudesse ocupar grandes espaços na esfera política, pois ainda hoje os homens – brancos e de condição socioeconômica favorecida – são maioria. Contudo, esses espaços, quando ocupados pelo contingente feminino, é composto pela elite branca, havendo redução para as mulheres negras, transexuais e, principalmente, as pobres. “As mulheres têm atuado politicamente de forma sistemática, apesar dessas barreiras e constrangimentos [...] apesar da baixa representatividade feminina em cargos eletivos [...]” (BIROLI, 2018, p. 211).

O Brasil tem passado por diversos cortes de investimentos públicos e reestruturação que incidem diretamente sobre as mulheres, principalmente com alterações dos direitos trabalhistas, como destituição de verbas na saúde, na Educação, na Assistência Social, dentre outras. Essas mudanças têm implicações e “[...] seu efeito é o aumento da precariedade, lançando sobre as mulheres, mais uma vez, o peso do descuido coletivo com a integridade física e psíquica de cada uma [...]” (BIROLI, 2018, p. 204).

Em nossa sociedade, apesar da opressora estrutura patriarcal e machista, existe a possibilidade de ruptura por parte da mulher. A descontinuação de práticas discriminatórias relaciona-se ao fortalecimento feminino para que ocorra transformações nas configurações sociais. Essas modificações se conectam, entre outras, à participação políticas, ao conhecimento e reivindicações dos direitos, a qualificação profissional e ao desenvolvimento educacional.

## 5 ENSINO SUPERIOR: inserção da mulher

*“O ensejo a fez tão prendada  
Ela foi educada pra cuidar e servir”  
(Pitty, Desconstruindo Amélia).*

No Brasil-Colônia seguiu-se o modelo advindo de Portugal, no qual somente os homens tinham acesso à educação formal – a educação formal das mulheres, historicamente, tem sido marcada por exclusão. Em classes sociais mais abastadas algumas mulheres aprendiam a ler e a escrever, mas não tinham direitos sociais igualitários aos homens (MELO; THOMÉ, 2018).

Entre os séculos XVI e XVII, de acordo com Stamatto (2002), instituições religiosas, que acolhiam mulheres, que geralmente não casavam ou que desejavam ser freiras, ensinavam noções básicas de aritmética, leitura e escrita, entretanto, o que mais as mulheres aprendiam eram noções de cuidado domésticos e religiosos.

No século XVIII, com as Reformas do Marques de Pombal, o ensino não era mais realizado por jesuítas, mas estruturado em um modelo laico. Essas reformas possibilitaram a inserção feminina nas instituições educacionais, entretanto, as aulas aconteciam em salas separadas por sexo, e não era permitido que homens ensinassem as meninas (STAMATTO, 2002). Entretanto, as mulheres poderiam lecionar para as meninas – e com isto, surgiu oportunidade de trabalho formal às mulheres.

Os hábitos sociais não mudaram para as mulheres, mesmo com a permissão de estudar e a abertura do mercado de trabalho, ainda eram preparadas para o casamento ou para a vida religiosa. A sociedade continuou limitando a mulher que não tinha maiores perspectivas de continuação educacional, sendo ensino o superior, permitido somente aos homens (STAMATTO, 2002). “Até meados do século XIX, a educação feminina no Brasil estava voltada apenas para o aprendizado dos afazeres do lar e das devoções religiosas” (CUSTÓDIO; SILVA, 2016, p. 57).

No século XIX, lutas foram travadas para que elas tivessem maior liberdade de estudar, pois a educação feminina era, ainda, limitada. No entanto, os avanços no processo urbano e econômico possibilitaram a criação de escolas normalistas<sup>5</sup> e, posteriormente, o acesso de mulheres a essas instituições. As mulheres a partir dos estudos nestas instituições tinham a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, por exemplo, exercer a profissão de

---

<sup>5</sup> Escola Normal: instituição educacional que tinha como objetivo preparar professores para lecionarem no ensino primário do 1º grau (atualmente, ensino fundamental) e do 2º grau (atualmente, ensino médio). Em 1835, foi fundada em Niterói-RJ a primeira Escola Normal brasileira, e posteriormente surgiram outras na Bahia, São Paulo e Minas Gerais. Essas Escolas constituíram a trajetória para o ingresso da mulher no ensino superior (MARTINIAK, 2018).



professora, que foi tolerada pela sociedade da época por se entender que esta atividade era apropriada para ela por suas características maternas inatas, como a docilidade (MELO; THOMÉ, 2018). Convém ressaltar que a abertura das Escolas Normais, a princípio, não visava a entrada de mulheres (MONTEIRO; GATI, 2012).

As escolas normais foram o principal lócus de formação profissional feminina, mas eram poucas e com matrículas numericamente insignificantes. [...] Outro ponto a ser considerado é o fato de que as mulheres, em média, tinham um maior número de gestações durante o seu período reprodutivo, o que ocasionava também, em consequência disso, a situação concreta de manterem-se “presas” aos trabalhos com a criação dos filhos e aos afazeres domésticos (PEREIRA; FAVARO, 2017, p. 5531-5532).

No século XIX, a formação nas escolas normalistas conferia às mulheres o equivalente ao ensino médio atual, contudo, o acesso ao ensino superior continuava distante, e somente os homens ingressavam nessa modalidade educacional. Nesse período, Melo e Thomé (2018) relatam a peleja das primeiras mulheres a terem acesso ao Ensino Superior, a exemplo de Maria Augusta Generoso Estrela (1860-1946) que, não conseguindo adentrar para estudar Medicina no Brasil, teve a concessão de uma bolsa pelo Imperador D. Pedro II, para estudar nos Estados Unidos, tendo-se formado e retornado ao país.

Essa concessão abriu precedente para outras mulheres também solicitarem o benefício, o que levou as regras de acesso a Cursos Superiores serem revistas e alteradas, possibilitando a Rita Lobato Velho Lopes (1861-1954) ser a primeira médica graduada numa Faculdade de Medicina Brasileira – iniciando seus estudos no Rio de Janeiro e finalizando-o na Bahia (MELO; THOMÉ, 2018).

Com a alteração da norma ao acesso das mulheres para o ensino superior, estas continuaram passando por discriminação, pois, socialmente, não eram bem vistas nestes locais. “[...] quando as primeiras faculdades foram construídas no país, mesmo que algumas delas permitissem a entrada de mulheres, ainda havia um forte receio pela sua emancipação ou pelo que sua exposição pública poderia provocar” (PEREIRA; FAVARO, 2017, p. 5540).

No século XX, a mulher teve importante vitória com a conquista do voto feminino e as lutas pela sociedade igualitária, inspiradas no movimento Sufragista. Com a busca por seus direitos, principalmente o direito à educação, a escolarização feminina aumentou (PEREIRA; FAVARO, 2017). “A participação efetiva da mulher levanta questões sobre as condições desta participação, principalmente ao que se refere às necessidades e às demandas. [...] É, também, neste século que tais direitos se apresentam como fundamento da política pública” (TAKAHARA; MENDES; RINALDI, 2016).

Na década de 60, a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 4.024/61, possibilitou às alunas que fizeram o Curso Normal ingressassem na faculdade. Nos anos seguintes, nas décadas de 70 e 80, houve ampliação do número de vagas no ensino superior devido à expansão universitária das universidades privadas (PEREIRA; FAVARO, 2017; MELO; THOMÉ, 2018). Apesar da maior inclusão das mulheres nas instituições de ensino não houve novas conquistas devido à implementação do Regime Militar no Brasil.

A partir da década de 90, o ingresso da mulher e do homem no Ensino Superior começou a se igualar. Entretanto, o ingresso feminino nas IES contemplou a população branca e de condição socioeconômica favorecida (MELO; THOMÉ, 2018). Isso demonstra que a partir de variáveis como raça, etnia e outras, há desigualdade entre a categoria feminina.

Nos anos 2000, com a implementação do sistema de cotas, o acesso ao ensino superior pela população, que antes estava à margem da universidade, a exemplo de negros, pardos, estudantes que cursaram o Ensino Médio em escola pública, dentre outros, atingiu, também, as mulheres dessas categorias, provocando a possibilidade de inserção nas instituições de ensino superior (QUEIROZ, 2008).

Para além do gênero outras questões circunscrevem a trajetória feminina no ensino superior, a classe socioeconômica que pertence e a sua raça, também, são relevantes na jornada universitária feminina (STAMATTO, 2002). Com relação ao processo de formação feminino, o “[...] acesso e permanência no ensino superior estão imbricados com a complexa trama de elementos econômicos, políticos e ideológicos, permeada por uma cultura que atribui às mulheres vários papéis tradicionais, dificultando seus itinerários de estudo e planos de carreira” (CUSTÓDIO; SILVA, 2016, p. 56).

De acordo com dados da estatística de gênero, na faixa etária entre 25 e 44 anos, 21,5% são a porcentagem de mulheres que completaram o ensino superior, enquanto a dos homens é de 15,6%. Desse modo, as mulheres têm maior nível de instrução, chegam e se mantêm no ensino superior, enquanto que os homens, ao completarem o ensino médio, já ingressam no mercado de trabalho (IBGE, 2018).

Atualmente, mesmo sendo a maioria nas universidades, a mulher é doutrinada a pequenas práticas que as guiam e as instituem desde o seu nascimento sobre o que é feminino e sobre o que é masculino. Assim, desempenham tarefas relacionadas a seu gênero, seja em casa, seja na escola, seja ainda em outros lugares. Essas práticas estão entranhadas na sociedade, induzindo que mulheres e homens tenham seus lugares, e até mesmo suas profissões, predeterminadas socioculturalmente (ÁVILA; PORTES, 2009).

O acesso ao ensino superior oportunizou à mulher a construção de posicionamentos críticos sobre os processos históricos de exclusão que incidem sobre ela, possibilitando reflexões e análises para o fortalecimento da luta por seus direitos.

### 5.1 Psicologia Escolar e Educacional nas Instituições de Ensino Superior

A Psicologia Escolar se funda nas bases em que a Psicologia se construiu no país. “Por essa razão, a compreensão da trajetória histórica da Psicologia Escolar somente se torna possível pelo estudo acerca do papel da Psicologia como ciência e profissão, que surge e se aprimora em um momento histórico e social de criação e consolidação do capitalismo” (GUZZO *et al*, 2010, p. 131-132).

Historicamente, a Psicologia se integrou à Educação com os processos de mensuração e adaptação dos indivíduos no meio educacional – este modelo é considerado excludente, pois visava segregar aqueles que não se enquadrassem nos critérios propostos de normalidade (GUZZO *et al*, 2010). As escolas normais foram importantes centros de aplicação de pesquisas com testagem, envolvendo, por exemplo, medidas de inteligência e outros dispositivos relacionados à avaliação do desenvolvimento (VIEIRA; CAMPOS, 2011).

No Brasil, na primeira metade do século XX, a Psicologia Escolar se fundamentou nas vertentes da Psicologia americana e francesa. O modelo de intervenção era aplicado com base médico-educativa e se revelava mais uma faceta clínica e classificatório (BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2010). Esse *modelo tecnicista*, de segregação, foi caracterizado por fatores biológicos que não consideravam o aluno como um ser biopsicossocial.

[...] os testes mentais foram iniciados em 1914 em São Paulo pelo médico, psicólogo e professor italiano Ugo Pizzolli (1863-1934), durante sua estadia de mais ou menos uma década no Brasil. Durante esse tempo, Pizzolli comandou o Laboratório de Psicologia da Escola Normal de São Paulo, onde empreendeu diversos estudos, orientou pesquisas, publicou livros e ofereceu cursos na área da psicologia experimental (VIEIRA; CAMPOS, 2011, p. 420).

Nas décadas de 60 e 70, a Psicologia Escolar adotou o *modelo adaptacionista*, com a moral vigente no Regime Militar, alicerçou técnicas disciplinares que visavam a reprodução em práticas sociais (GUZZO *et al*, 2010). Nesse período não havia abertura para o pensamento crítico, que levaria a população à reflexão do momento em que viviam (CFP, 2013).

Contudo, nas décadas de 70 e 80 requisitou-se da Psicologia um pensamento crítico com vias de transformação na educação (CARVALHO; MARINHO-ARAÚJO, 2009; BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2010). Nesse período, o fazer do psicólogo escolar estava vinculado ao

profissional que deveria solucionar problemas escolares, e deste modo, as dificuldades de aprendizagem focavam-se exclusivamente no aluno, por exemplo, a questão do fracasso escolar – que isentava a instituição e a comunidade escolar da produção desse processo.

Nos anos 90, a Psicologia Escolar emergiu com novos horizontes em busca de identidade, ancorada às reflexões a partir da concepção de entidades e grupos de estudos, como a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), questionando a prática do referido profissional na sociedade (CARVALHO; MARINHO-ARAÚJO, 2009; BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

No Maranhão, os processos de construção da Psicologia foram semelhantes aos do Brasil, entretanto, demorada em relação a outros estados (CARVALHO; MARINHO-ARAÚJO, 2009). A prática do psicólogo escolar foi-se constituindo e ganhando espaço. Todavia, este profissional tem-se mobilizado para a conscientização e visibilidade de sua contribuição na sociedade, buscado a sua inserção nas instituições.

Atualmente, a Psicologia Escolar se compromete com atuação crítica pautada num pensamento questionador, intervindo não apenas nas ocorrências, mas também na prevenção de dificuldades que compõem no cotidiano educacional. Seu fazer ultrapassa a escola, aborda o compromisso ético na construção da sociedade (CARVALHO; MARINHO-ARAÚJO, 2009; BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

Urge a necessidade de diferentes táticas, para modificar a forma de se pensar educação. “[...] As práticas coletivas de produção de subjetividade se apresentam [...] como estratégia de interferência no processo educativo, levando em conta que os sujeitos, quando mobilizados, são capazes de transformar realidades, transformando-se a si próprios nesse mesmo processo” (CFP, 2013, p. 44).

Desse modo, a inserção do psicólogo na Educação se constrói por outras vias além da escola, e suas competências de atuação se associam às instituições que promovem a educação emancipadora (GUZZO *et al*, 2010; BISINOTO; MARINHO-ARAÚJO; ALMEIDA, 2014). Destarte, a intervenção do psicólogo se faz presente onde este profissional pode auxiliar as pessoas, especialmente no desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem em diferentes espaços e modalidades educacionais.

A Psicologia Escolar e Educacional pode, assim, dar sua contribuição nas instituições de Ensino Superior. Visando “[...] favorecer práticas promotoras do desenvolvimento das instituições, dos seus agentes e dos estudantes, contribuindo para a democratização efetiva do

sucesso acadêmico diante dos contrastes sócio-culturais dos alunos [...]” (BISINOTO; MARINHO; ALMEIDA, 2011, p. 39).

O fazer do psicólogo escolar, inserido nas instituições de ensino superior, ainda é um campo pouco explorado pelos profissionais da área, e comumente é associado ao atendimento individualizado de estudantes ou ainda nos núcleos de apoio aos alunos, contudo, a prática ocorre em diferentes contextos.

Para além destas ações, outras também podem ser realizadas pelo psicólogo escolar, como, por exemplo: atividades relacionadas com a formação continuada do corpo técnico, docente e dirigente; assessoria à integração da equipe diretiva; implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais; análise dos projetos pedagógicos dos cursos, entre outras (BISINOTO; MARINHO; ALMEIDA, 2011, p. 47).

Em estudo realizado com psicólogos escolares inseridos nas IES, foi verificado que havia certa confusão das tarefas a serem desenvolvidas por esses profissionais, contudo, para a grande maioria dos entrevistados as atividades estavam focadas em intervenções com os alunos, desconsiderando-se as relações que permeiam esses processos imputando, assim, possível fracasso da aprendizagem a esses indivíduos (MOURA; FACCI, 2016). Ignorar a rede que vai além do aluno, como professores, servidores e a própria cultura da IES, é continuar relacionando o fracasso escolar somente à figura do aluno.

Apesar da percepção apontada nesta pesquisa, outros autores referem que a atuação do psicólogo nas IES está cada vez mais comprometida em considerar as relações que atravessam o ensino e a aprendizagem, transpondo, inclusive, as barreiras da escassez de Políticas Públicas que auxiliem na construção de espaços que favoreçam o desenvolvimento integral da comunidade escolar (SANTANA; PEREIRA; RODRIGUES, 2014; MARINHO-ARAÚJO, 2016).

Essas transformações são compatíveis com a formação acadêmica proposta atualmente nos cursos de Psicologia, em que o perfil do psicólogo escolar nas Instituições de Ensino Superior “[...] deverá estar ancorada em uma perspectiva de atuação institucional, coletiva e relacional, exigindo práticas, saberes e conhecimentos coadunados à especificidade da ciência psicológica e à identidade profissional do psicólogo escolar” (MARINHO-ARAÚJO, 2016, p. 209).

Compreende-se que o psicólogo escolar, inserido nas IES, pode contribuir para eliminar ou amenizar disparidades que ocorrem no ambiente educacional. A formação de profissionais críticos, capazes de compreender a necessidade de um pensamento múltiplo para atender às configurações existentes nesse contexto, é fundamental.

## 6 METODOLOGIA

### 6.1 Método

Para esta pesquisa foi escolhido o Método Dialético, visto que este leva em consideração as contradições dos fenômenos apresentados como inseparáveis um do outro. Nesse sentido, “[...] como tudo está em movimento, tudo tem “duas faces” (quantitativa e qualitativa, positiva e negativa, velha e nova), uma se transformando na outra; a luta desses contraditórios é o conteúdo do processo de desenvolvimento.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 35).

O conceito da Dialética (KONDER, 2000; PRODANOV e FREITAS, 2013) pode ser observado desde a Grécia Antiga com filósofos como Platão, Zenon de Eléa, Aristóteles, dentre outros que utilizavam a arte do diálogo. Heráclito, por exemplo, afirmava que tudo existia em constante mudança e conflito. Esse pensamento, na Idade Média, não desapareceu e posteriormente foi resgatado na Idade Contemporânea por Hegel, para o qual as contradições transcendiam dando origem a novas contradições. Essa ideia foi aprofundada por Marx, quando estruturou o Materialismo Dialético. e por Engels. ao retomar as leis da Dialética.

Para Marx *apud* Diniz e Silva (2008, p. 4), os fenômenos estão num processo contínuo onde forças agem por meio das contradições e negações, transformando-se. Segundo essas autoras, “[...] o movimento dos contrários acontece nas condições reais de existência do homem, em sua vida social, é na experiência de uma vida material que o homem produz um pensamento e uma reflexão sobre si e sobre o mundo material que ele vive e constrói”.

Cabe ressaltar que este mecanismo “[...] empregado em pesquisa qualitativa, é um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade, pois considera que os fatos não podem ser relevados fora de um contexto social, político, econômico etc” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 34).

Esta pesquisa assume característica quantitativa e qualitativa – que, conduzida à luz do método dialético, possibilita trabalhar os dados obtidos, com suas convergências e divergências, sem desagregá-los do contexto do qual fazem parte.

Com as categorias – maternidade, trabalho remunerado e graduação – apresentadas neste estudo, pode-se afirmar que estas são mutáveis com o tempo, com o movimento e com suas características contraditórias. Como exemplo, o trabalho que concomitante torna-se fonte de satisfação e de sofrimento. As categorias são construções sociais que afetam e são afetadas umas pelas outras, considerando-se que, ao serem estudadas em conjunto, poderão ensejar resultados que, se fossem tratados individualmente, não seriam obtidos da mesma forma.

## 6.2 Local da pesquisa e breves informações do Curso de Psicologia/UFMA

O estudo foi realizado na – UFMA, Campus I, Dom Delgado – no Centro de Ciências Humanas (CCH), bloco 06, 1º andar, sala B6 111 (sala é cedida ao Curso de Psicologia para fins de pesquisa e orientações). A sala utilizada tinha medidas aproximadas de 2 metros de largura por 3 de profundidade, dispo de iluminação e mobiliário para aplicação do questionário.

O Curso de Psicologia/UFMA foi criado em 05/11/1990, através da Resolução nº 13/90 do Conselho Universitário (CONSUN); começou a funcionar no segundo semestre de 1991, e está vinculado ao CCH, sendo, na época, o vestibular tradicional o critério de ingresso para o mencionado curso. Atualmente, o critério de inserção no referido curso é através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com entrada anual de 80 alunos (sendo 40 no 1º semestre e 40 no 2º semestre).

Esse Curso oferece aos discentes, em suas matrizes curriculares, os três pilares acadêmicos: Ensino, Pesquisa e Extensão, na tentativa de possibilitar o desenvolvimento do pensamento crítico em relação ao contexto brasileiro e ao maranhense, contribuindo assim, na formação de psicólogos cientes de seus compromissos éticos, técnicos e sociais.

A formação profissional fundamenta-se epistemologicamente a partir de diversas áreas do conhecimento científico. Além das áreas tradicionais da Psicologia – Escolar e Educacional, Organizacional e do Trabalho, e Clínica – há também, outras áreas disponibilizadas para os estágios, como exemplo, Social, Jurídica, dentre outras.

A partir do primeiro semestre de 2015, têm vigorado duas matrizes curriculares; a 10 (que existe desde 1991, e se encerrará no primeiro semestre de 2019), com carga horária total de 4.020h, com o funcionamento véspero-noturno; e a matriz 20, com a carga horária total de 4.085h, em tempo integral.

## 6.3 Amostra

A amostra foi composta por quatro estudantes do curso de Psicologia/UFMA (uma em período regular – 8º, e três em situação de pendência curricular). A identificação deste conjunto se deu por intermédio de visitas em salas de aula e por contato via *WhatsApp*<sup>6</sup>, e por uma lista de alunos fornecida pela Coordenação do curso de Psicologia.

---

<sup>6</sup> Aplicativo de troca de mensagens de texto, voz e chamadas de vídeo, disponível para celulares com sistema operacional IOS, Android, Windows phone e computadores Mac e Windows (*Whatsapp*, 2018).

A amostra foi constituída por estudantes maiores de idade, mães, na faixa etária de 21 a 44 anos, que, na época da pesquisa, exerciam atividade remunerada – três concursadas e uma profissional liberal, sendo suas remunerações de um a três salários mínimos<sup>7</sup>, tendo as participantes verbalizado que cumprem diariamente seis horas de trabalho remunerado. Duas destas, cumprem a matriz curricular 10; e duas, a matriz curricular 20.

Todas elas tornaram-se mães durante a graduação em Psicologia, contudo, uma delas já era mãe de dois, antes de ingressar no Curso. Relataram receber auxílio de outras pessoas no cuidado com os seus filhos; e, quanto ao estado civil, duas são casadas, uma é solteira, e uma convive maritalmente, e ainda reside com a mãe.

Os Crítérios de Inclusão da amostra foram considerados a partir da tripla jornada de atividades, a seguir: a) A Maternidade – que a discente tivesse filho (s) entre 0 e 12 anos de idade incompletos<sup>8</sup>, e que o(s) filho(s) residisse(m) com a mãe; b) O Trabalho remunerado – com ou sem vínculo empregatício; e c) A Graduação – discente regularmente matriculada no Curso de Psicologia/UFMA e que não estivesse em exercício domiciliar no período da coleta de dados.

Quanto aos Crítérios de Exclusão da amostra foram considerados a partir da tripla jornada de atividades, a seguir: a) A Maternidade – a que tivesse filho (s) maior (es) de 12 anos de idade; b) O Trabalho – se no período da pesquisa, elas não exercessem atividade remunerada; e c) A Graduação – que estivessem com o Curso de Psicologia/UFMA trancado no período da pesquisa ou estivessem em exercício domiciliar.

#### **6.4 Instrumentos e materiais**

Os instrumentos utilizados na coleta de dados são de autoria da pesquisadora – elaborados de acordo com a Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CNS/CONEP) e com o Código de Ética Profissional do Psicólogo – foram os seguintes: 1) Roteiro de entrevista semiestruturado (Apêndice A); 2) Questionário Sociolaboral (Apêndice B); e 3) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice C). Os materiais usados foram estes: canetas esferográficas, prancheta, gravador, notebook e papel.

---

<sup>7</sup> Salário mínimo vigente, no período da realização da coleta de dados da pesquisa, de R\$ 954,00 de acordo com a Decreto Nº Decreto 9.255, de 29 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2017).

<sup>8</sup> O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Art. 2º, considera criança a pessoa até doze anos de idade incompletos (BRASIL, 1990).



## 6.5 Procedimentos

Foram considerados os procedimentos éticos em todo o processo desta pesquisa, que teve seguintes etapas:

- 1) O Projeto de pesquisa foi elaborado e submetido à Coordenação do curso de Psicologia/UFMA para análise de dois docentes, que concederam pareceres favoráveis; e anuência do Coordenador do mencionado Curso para a pesquisa (Apêndice D);
- 2) O Projeto de pesquisa foi inserido na Plataforma Brasil – aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFMA, com o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 94194418.2.0000.5087;
- 3) Foram visitadas as salas de aula do referido Curso (1º ao 10º) para identificar a amostra;
- 4) Realizou-se um estudo-piloto com duas discentes que exerciam trabalho remunerado e eram mães de adolescentes maiores de 12 anos;
- 5) Fez-se a análise dos resultados do estudo piloto para correções dos instrumentos de coleta de dados;
- 6) Efetuou-se o contato com a amostra, via e-mail e/ou *WhatsApp* para o agendamento das entrevistas;
- 7) Na coleta de dados, o TCLE foi apresentado pela pesquisadora e assinado pelas participantes. A citada coleta ocorreu de forma individual – realizada no turno vespertino, em horário que a participante não tivesse atividade acadêmica marcada. A coleta foi feita em duas etapas, num único encontro, sendo a primeira com a aplicação do Questionário Sociolaboral e a segunda a realização da Entrevista (em ambas etapas a pesquisadora fazia as perguntas verbalmente e a participante respondia, também, verbalmente); com duração de aproximadamente uma hora; acontecendo em duas semanas consecutivas; e denominou-se as participantes P1, P2, P3 e P4;
- 8) As informações (respostas) foram gravadas com a autorização das participantes (Apêndice C). Posteriormente, foram transcritas pela pesquisadora;
- 9) Fez-se a leitura e a releitura das respostas dadas pelas participantes para eleger categorias de análise; e
- 10) Realizou-se a sistematização e a análise dos dados.

## **6.6 Análise de dados**

Esta etapa consistiu inicialmente na organização dos dados coletados através do Questionário sociolaboral e da Entrevista semiestruturada, cujas as respostas foram lidas para elegerem-se categorias de análise. Esta baseou-se na proposta de Gomes (2009), prosseguindo com as seguintes etapas: a) Ordenação dos dados – leitura minuciosa; e b) Categorização, Descrição e Discussão dos resultados.

A discussão dos resultados foi realizada, considerando-se as principais categorias do método dialético, quais sejam: a historicidade, as condições reais de vida humana mostrando suas contradições nas experiências do cotidiano.

## 7 RESULTADOS

Nesse capítulo, apresentam-se em quadros e tabelas os resultados obtidos por meio dos instrumentos de coleta de dados – o Questionário Sociolaboral (Apêndice B) e o Roteiro de Entrevista semiestruturado (Apêndice A).

### 7.1 Questionário sociolaboral

As participantes estão identificadas pelos códigos P1, P2, P3 e P4. Convém informar que cada pergunta do Questionário corresponde a um quadro a seguir.

**Quadro 1 – Idade**

Participantes	P1	P2	P3	P4
<b>Idade</b>	21	25	35	44

Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro 1 demonstra as idades das participantes, sendo: P1 = 21 anos, P2 = 25, P3 = 35 e P4 = 44 anos.

**Quadro 2 – Período/Etapa do Curso**

Participantes	P1	P2	P3	P4
<b>Período/Etapa do Curso</b>	Período Regular 8º	Pendência Curricular	Pendência Curricular	Pendência Curricular

Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro 2 exibe o período/etapa que as participantes cursam na graduação de Psicologia: P1 estava no período regular (8º), e P2, P3 e P4 possuíam pendências curriculares.

**Quadro 3 – Estado civil**

Participantes	P1	P2	P3	P4
<b>Estado civil</b>	Convivente	Casada	Casada	Solteira

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme o quadro 3, referente ao estado civil das participantes da pesquisa: uma (1) é convivente – união estável, duas (2) são casadas e uma (1) é solteira.

**Quadro 4 – Número de pessoas na residência das participantes**

Participantes	P1	P2	P3	P4
Nº de residentes	5	3	5	2

Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro 4 apresenta o número de pessoas que residem com as participantes: com a P1 moram cinco (5), com a P2 habitam três (3), com a P3 vivem cinco (5) e com a P4 coabitam duas (2).

Destaca-se que a última alternativa de resposta da pergunta de nº 4, possibilitava diversas respostas. Contudo, decidiu-se registrar o número de pessoas que moram com as participantes P1 e P3 a partir do relato exato apresentado por elas.

**Quadro 5 – Quantidade de filho(s)**

Participantes	P1	P2	P3	P4
Nº filho(s)	1	1	3	1

Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro 5 expõe o número de filhos das participantes: P1, P2 e P4 têm um (1) filho e P3 possui 3 filhos.

**Quadro 6 – Faixa etária do(s) filho(s)**

Participantes	P1	P2	P3	P4
Faixa etária	0 – 3 anos	0 – 3 anos	0 – 3 anos 9 – 12 anos 13 – 16 anos	0 – 3 anos

Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro 6 expressa a faixa etária dos filhos das participantes: todas (P1, P2, P3 e P4) têm filhos de zero a três anos (0- 3) e a P3 tem mais dois (2) filhos nas seguintes faixa etárias, de nove a doze (9 – 12) e de treze a dezesseis (13 – 16) anos.

**Quadro 7 – Auxílio de outro(s) no cuidado com os filhos das participantes**

<b>Participantes</b>	<b>P1</b>	<b>P2</b>	<b>P3</b>	<b>P4</b>
<b>Auxílio</b>	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Quem</b>	Mãe	Companheiro e Mãe	Companheiro e cuidadora	Irmã

Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro 7 exprime o auxílio recebido – de outras pessoas – no cuidado com a prole das participantes. Estas (P1, P2, P3 e P4) verbalizaram recebê-los: P1 obtinha auxílio da mãe, P2, do companheiro e da mãe, P3, do companheiro e da cuidadora, e P4 da irmã.

**Quadro 8 – Participantes tornaram-se mães durante a graduação**

<b>Participantes</b>	<b>P1</b>	<b>P2</b>	<b>P3</b>	<b>P4</b>
<b>Tornou-se mãe</b>	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro 8 demonstra que todas as participantes se tornaram mães durante a graduação em Psicologia.

**Quadro 9 – Trabalho remunerado atual**

<b>Participantes</b>	<b>P1</b>	<b>P2</b>	<b>P3</b>	<b>P4</b>
<b>Trabalho</b>	Vendas (autônoma)	Agente Administrativo (concursada)	Logística de Combustível (concursada)	Professora (concursada)

Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro 9 descreve o tipo de trabalho remunerado, exercido pelas participantes: P1 é vendedora autônoma, P2 agente administrativo, P3 trabalha com logística de petróleo e P4 é professora.

**Quadro 10 – Intervalo de Tempo de Trabalho**

<b>Participantes</b>	<b>P1</b>	<b>P2</b>	<b>P3</b>	<b>P4</b>
<b>Intervalo de tempo</b>	4 - 7 anos	1 - 3 anos	8 - 11 anos	8 - 11 anos

Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro 10 esboça o intervalo de tempo de cada participante exercendo trabalho remunerado: P1 trabalhava de 4 a 7 anos, P2, de 1 a 3, P3 e P4 trabalhavam de 8 a 11 anos.

**Quadro 11 – Faixa salarial**

Participantes	P1	P2	P3	P4
<b>Faixa salarial</b> (salário mínimo)	1 a 3	1 a 3	1 a 3	1 a 3

Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro 11 evidencia que todas as participantes possuem rendas de 1 a 3 salários mínimos mensais.

**Quadro 12 – Vínculo empregatício**

Participantes	P1	P2	P3	P4
<b>Possui vínculo</b>	Não	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro 12 indica que somente a P1 não possuía vínculo empregatício; P2, P3 e P4 possuem vínculo.

**Quadro 13 - Ano e semestre de ingresso no Curso de Psicologia**

Participantes	P1	P2	P3	P4
<b>Ano/Semestre</b>	2015.1	2013.2	2012.2	2015.1

Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro 13 aponta que P1 e P4 ingressaram no primeiro semestre de 2015, P2, no segundo semestre de 2013, e P3 adentrou o segundo semestre de 2012.

**Quadro 14 – Ausência no Trabalho e/ou Graduação por conta da maternidade**

Participantes	P1	P2	P3	P4
<b>Trabalho</b>	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Graduação</b>	Não	Não	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro 14 exprime a ausência da participante no Trabalho e/ou Graduação por conta da maternidade. Em relação ao Trabalho, todas as participantes ausentaram-se. No que diz respeito à Graduação P1 e P2 não se ausentaram, e P3 e P4 ausentaram-se.

**Quadro 15 – Horas diárias em cada jornada**

Participantes	P1	P2	P3	P4
<b>Maternidade</b>	08h	10h	08h	08h
<b>Trabalho Remunerado</b>	06h	Licença	06h	06h
<b>Graduação</b>	06h	04h	04h	06h

Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro 15 ilustra as horas diárias em cada uma das jornadas – Maternidade, Trabalho Remunerado e Graduação – das participantes: P1 considera que sua jornada diária é dividida em Maternidade 08 h, Trabalho Remunerado 06 h e Graduação 06 h; P2 avalia que seu dia divide-se da seguinte maneira: Maternidade 10 h, Trabalho Remunerado (está de licença maternidade) e Graduação 04 h; P3 calcula a divisão diária de suas tarefas: Maternidade 08 h, Trabalho Remunerado 06 h e Graduação 04 h e P4 afere que sua rotina divide-se em Maternidade 08h, Trabalho Remunerado 06 h e Graduação 06 h.

## 7.2 Roteiro de Entrevista

A seguir, apresentam-se as respostas das participantes obtidas através do Roteiro de Entrevista (Apêndice A), o qual expõe-se em: 10 tabelas (A - H), números absolutos e percentuais que são condizentes com a sequência das perguntas que constituíram este instrumento, com exceção das respostas à pergunta que teve desdobramento: letra B (B, B1 e B2). Ressalte-se que as participantes, na maioria das vezes, deram mais de uma resposta às perguntas.

**Tabela A – Atividades acadêmicas na graduação – 2018.2**

Respostas das participantes		%	Nº Absoluto
1	Disciplinas	100	4
2	Estágio Específico	50	2
3	Monografia	25	1

Fonte: Elaborado pela autora

A Tabela A refere-se às atividades acadêmicas das participantes na graduação em 2018, no segundo semestre: 100% (4) cursavam disciplina; 50% (2) realizavam Estágio Específico e 25% (1) estavam em processo de construção da Monografia.

**Tabela B – Como lidavam com a maternidade na tripla jornada**

Respostas das participantes		%	Nº Absoluto
1	Dificuldade de conciliar com as outras duas jornadas	100	4
2	Apoio de familiares	100	4
3	Apoio do cônjuge	50	2
4	Priorizando a maternidade	50	2
5	Sentia-se cansada	50	2
6	Sentia-se culpada	25	1
7	Apoio de Cuidadora (babá)	25	1
8	Sentia-se com seu tempo tomado	25	1

Fonte: Elaborado pela autora

A Tabela B exprime como as participantes lidavam com a maternidade na tripla jornada – relataram: 100% (4) dificuldade de conciliação com as outras duas jornadas, 100% (4) que necessitaram do apoio de familiares, 50% (2) priorizaram a maternidade, 50% (2) receberam auxílio do cônjuge, 50% (2) sentiram-se cansadas; 25% (1) sentiram-se culpada, 25% (1) que contaram com o auxílio de uma babá e 25% (1) que a maternidade tomava-lhe muito tempo.

**Tabela B1 – Como lidavam com o trabalho remunerado na tripla jornada**

Respostas das participantes		%	Nº Absoluto
1	Trabalhavam porque precisavam manter-se	75	3
2	Estava de licença maternidade	25	1
3	Necessitava trocar de turnos	25	1
4	Nos intervalos das outras duas jornadas	25	1

Fonte: Elaborado pela autora

Na Tabela B1 demonstra-se como as participantes lidavam com o trabalho remunerado na tripla jornada – informaram que 75% (3) trabalhavam porque precisavam manter-se, 25% (1) estavam de Licença Maternidade, 25% (1) necessitavam trocar de turnos e 25% (1) trabalhavam nos intervalos das outras duas jornadas.



**Tabela B2 – Como lidavam com a graduação na tripla jornada**

Respostas das participantes		%	Nº Absoluto
1	Não liam bem os textos	75	3
2	Sabiam que tinham capacidade para melhores rendimentos	75	3
3	Precisavam levar o(s) filho(s) para a sala de aula	75	3
4	Deixavam outras atividades para cumprir as tarefas acadêmicas	75	3
5	Necessidade de trancamento do Curso	50	2
6	Sentiam-se angustiadas	50	2
7	Não dormiam bem	50	2
8	Dificuldade de tempo para as atividades acadêmicas	50	2
9	Dormia durante as aulas	25	1
10	Lia os textos no trajeto para a UFMA	25	1
11	Fez psicoterapia para lidar com o prazo para se formar	25	1

Fonte: Elaborado pela autora

A Tabela B2 reflete como lidavam com a graduação na tripla jornada – as participantes relataram que 75% (3) não liam os textos, 75% (3) sabiam de suas capacidades para melhores rendimentos, 75% (3) precisaram levar o (s) filho (s) para a sala de aula, 75% (3) deixaram outras atividades para cumprir as tarefas acadêmicas; 50% (2) necessidade de trancamento do Curso, 50% (2) sentiam-se angustiadas, 50% (2) não dormiam bem, 50% (2) que houve dificuldade de tempo para as atividades acadêmicas, 50% (2) dormiam nas aulas, 25% (1) liam os textos no trajeto para a UFMA e 25% (1) procuraram atendimento psicoterápico para lidar com o prazo em concluir a graduação.

**Tabela C – Desafios encontrados com a maternidade**

(continua)

Respostas das participantes		%	Nº Absoluto
1	Dificuldade em conciliar com as outras duas jornadas	100	4
2	Preocupação	100	4
3	Outras dificuldades	100	4
4	Cobranças sociais	75	3
5	Carência de tempo para cuidar do(s) filho(s)	75	3
6	Entrave na educação do(s) filho(s)	50	2
7	Limitação financeira	25	1

Respostas das participantes		%	Nº Absoluto
8	Complexidade na amamentação	25	1
9	Desafio na rotina da maternidade	25	1
10	Sufrimento em separar-se do(s) filho(s)	25	1
11	Dificuldade em sentir-se responsável (autocobrança)	25	1
12	Todos os desafios	25	1
13	Conflito em sentir-se mãe	25	1

Fonte: Elaborado pela autora

(continuação)

Na Tabela C alusiva aos desafios encontrados com a maternidade, as participantes declararam que tiveram 100% (4) dificuldade em conciliar com as outras duas jornadas, 100% (4) preocupações, 100% (4) outras dificuldades, 75% (3), cobranças sociais, 75% (3) carência de tempo para cuidar do(s) filho(s); 50% (2) entraves na educação do(s) filho(s), 25% (1) limitações financeiras, 25% (1) complexidade na amamentação, 25% (1) desafios na rotina da maternidade; 25% (1) sofrimento em separar-se do(s) filho(s), 25% (1) dificuldade em sentir-se responsável (autocobrança), 25% (1) todos os desafios e 25% (1) conflito em sentirem-se mães.

**Tabela D – Desafios encontrados no trabalho remunerado**

Respostas das participantes		%	Nº Absoluto
1	Preocupação quando o(s) filho(s) adoecer(m)	50	2
2	Dificuldade de conciliação com as outras duas jornadas	50	2
3	Tempo limitado para realizar outras atividades de trabalho	50	2
4	Não há (atualmente)	25	1
5	Incompatibilidade entre a teoria e a prática	25	1
6	Trabalho exercido predominantemente por homens	25	1
7	Atrasos constantes no trabalho (entrada)	25	1

Fonte: Elaborado pela autora

A Tabela D indica os desafios encontrados no trabalho remunerado, sobre os quais as participantes narraram: 50% (2) preocupações quando o(s) filho(s) adoecer(m), 50% (2) ter dificuldade de conciliação com as outras duas jornadas, 25% (1) o tempo limitado para realizar outras atividades de trabalho, 25% (1) não haver desafios; 25% (1) incompatibilidade entre a

teoria e a prática, 25% (1) o trabalho exercido predominantemente por homens e 25% (1) atrasos constantes no trabalho (entrada).

**Tabela E – Desafios encontrados na graduação**

Respostas das participantes		%	Nº Absoluto
1	Rendimento acadêmico abaixo de suas capacidades	100	4
2	Falta de tempo	100	4
3	Inexistência de tempo para grupo(s) de estudo(s)	100	4
4	Dificuldade para ler os textos	75	3
5	Inconveniência em trazer o(s) filho(s) para a universidade	75	3
6	Participação em eventos(s) científico(s)	75	3
7	Escassez de tempo para as atividades acadêmicas estabelecidas	75	3
8	Hesitação na relação com o(s) professor(es) pela tripla jornada	50	2
9	Limitações em acompanhar a turma	50	2
10	Necessidade de trancamento do Curso	50	2
11	Falta de concentração nos trabalhos acadêmicos	50	2
12	Construção da monografia	25	1
13	Não ter com quem deixar o(s) filho(s)	25	1
14	Frequência em todas as aulas	25	1
15	Impasses com os horários das aulas	25	1
16	Limitações financeiras	25	1

Fonte: Elaborado pela autora

Na Tabela E concernente aos desafios encontrados na graduação, as participantes explanaram: 100% (4) têm rendimento acadêmico abaixo de suas capacidades, 100% (4), a falta de tempo, 100% (4), a inexistência de tempo para grupo(s) de estudo(s), 75% (3), a dificuldade para ler os textos; 75% (3) inconveniência em trazer o(s) filho(s) para a universidade, 75% (3) a participação em eventos(s) científico(s), 75% (3) a escassez de tempo para as atividades acadêmicas estabelecidas, 50% (2), a hesitação na relação com o(s) professor(es) pela tripla jornada; 50% (2), as limitações em acompanhar a turma, 50% (2), a necessidade de trancamento do Curso, 50% (2) a falta de concentração nos trabalhos acadêmicos; 25% (1), a construção da monografia, 25% (1) não ter com quem deixar o(s) filho(s), 25% (1) a frequência em todas as aulas, 25% (1) os impasses com os horários das aulas, e 25% (1) as limitações financeiras.

**Tabela F – Como se sente ao exercer a tripla jornada**

Respostas das participantes		%	Nº Absoluto
1	Com dificuldade em conciliar as três jornadas	100	4
2	Cansada	75	3
3	Angustiada	75	3
4	Falta de tempo	75	3
5	Arrastando o Curso	50	2
6	Estressada	50	2
7	Preocupada em não dar conta	50	2
8	Sem vida social	50	2
9	Fazendo o que pode	50	2
10	Dedicada	25	1
11	Tentando dar o melhor	25	1
12	Feliz	25	1
13	Realizada	25	1
14	Estagnada no Curso	25	1
15	Questionando-se em finalizar a graduação	25	1
16	Com frequentes dores de cabeça e nas costas	25	1
17	Sobrecarregada	25	1
18	O trabalho exigindo mais que as outras duas jornadas	25	1

Fonte: Elaborado pela autora

A Tabela F, como se sentiam ao exercer a tripla jornada, as participantes informaram: 100% (4) com dificuldade em conciliar as três jornadas, 75% (3), cansadas, 75% (3), angustiadas, 75% (3), falta de tempo, 50% (2) arrastando o Curso; 50% (2), estressadas, 50% (2), preocupadas em não dar conta, 50% (2), sem vida social, 50% (2) fazendo o que podiam; 25% (1), dedicadas, 25% (1), tentando dar o melhor, 25% (1), felizes, 25% (1) realizadas, 25% (1) estagnadas no Curso, 25% (1), questionando-se em finalizar a graduação; 25% (1), com frequentes dores de cabeça e nas costas, 25% (1) sobrecarregada e 25% (1) o trabalho exigindo mais que as outras duas jornadas.

**Tabela G - Reconhecimento pela tripla jornada – família, trabalho e universidade**

Respostas das participantes							
Ambiente							
		Família		Trabalho		Universidade	
		%	Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%	Nº Absoluto
1	Sim	75	3	50	2	75	3
2	Não	25	1	25	1	–	–
3	Não identificou	–	–	25	1	25	1

Fonte: Elaborado pela autora

A Tabela G é referente ao reconhecimento pela tripla jornada – família, trabalho e universidade. Quanto ao reconhecimento, as participantes revelaram: na família – 75% (3) Sim e 25% (1) Não; no trabalho: 50% (2) Sim, 25% (1) Não e 25% (1) não identificaram; e na universidade: 75% (3) Sim e 25% (1) não identificaram.

**Tabela H – Senso das participantes sobre a concepção social da tripla jornada**

Respostas das participantes		%	Nº Absoluto
1	Cobrança velada da sociedade	100	4
2	Julgamento social em relação a exercer tripla jornada	75	3
3	Maior cobrança social para o sexo feminino	50	2
4	Críticas pela idade em que se tornou mãe	50	2
5	Desconsideração da concepção social	50	2
6	Autocobrança	25	1
7	Inferência social em relação aos estudos (graduação)	25	1
8	Menor valorização e reconhecimento social ao feminino	25	1

Fonte: Elaborado pela autora

A Tabela H, relativa ao senso das participantes sobre a concepção social da tripla jornada, desvelou: 100% (4), cobrança velada da sociedade, 75% (3), julgamento social em relação as jornadas exercidas, 50% (2), maior cobrança social para o sexo feminino, 50% (2), críticas pela idade em que se tornou mãe,; 50% (2), desconsideração da concepção social, 25% (1), autocobrança, 25% (1) inferência social em relação aos estudos (graduação) e 25% (1), menor valorização e reconhecimento social ao feminino.

## 8 DISCUSSÃO

Os resultados obtidos por intermédio da Entrevista semiestruturada e do Questionário sociolaboral foram analisados, com base no método dialético (como já discorrido). Este último instrumento, utilizado de maneira complementar. A partir disso, estabeleceram-se as seguintes categorias de análise: a) Impactos educacionais com a tripla jornada – abrange as questões de número 1, 2 e 5; b) Desafios psicossociais com a tripla jornada – integra as questões de número 3, 4 e 6; e c) Opinião das participantes sobre a concepção social da tripla jornada – agrega as questões de número 7 e 8. A seguir, apresentam-se essas categorias:

### 8.1 Impactos educacionais com a tripla jornada

No que diz respeito às atividades acadêmicas realizadas pelas participantes na graduação (Tabela A), em seus relatos todas disseram cursar disciplinas, contudo, uma estava em processo de monografia e duas cursavam também o estágio específico.

Convém destacar que, das quatro participantes, somente uma estava no período regular do Curso – seguindo o Currículo 20 cujo funcionamento ocorre em tempo integral. Referente ao exposto, a participante relatou: *“Eu vou empurrando, por que tenho que terminar em cinco anos, uma cobrança mais da minha família [...], eu nunca parei de fazer uma disciplina [...]”* (P1). Infere-se que a cobrança familiar pelo término do curso esteja associada à participante residir com sua mãe, e a necessidade de ambas encerrarem esse ciclo, como expõe este depoimento: *“[...] a minha mãe quer viver a vida dela e quer mudar de casa. A gente quer morar só, eu, meu marido e minha filha”* (P1). A mulher que exerce várias jornadas e permanece na universidade, por vezes, tem sua rotina domiciliar desorganizada, podendo haver cobranças familiares (CUSTÓDIO; SILVA, 2016).

As jornadas acarretam às participantes múltiplas atividades, e, para amenizá-las, têm redes de apoio (Tabela B) – familiares, cônjuges e cuidadora – para que possam exercer suas jornadas. Contudo, todas relataram dificuldades para conciliar os estudos à maternidade e ao trabalho, apresentando impactos educacionais na graduação.

Takahara, Mendes e Rinaldi (2016, p. 610) referem que: *“As atuais funções da mulher exigem que ela se esforce ainda mais para dar conta de todas as funções que exerce, como dona de casa, esposa, mãe, trabalhadora que ingressa para um curso de graduação”*. Ressalte-se: a mulher que estuda também responde a outras demandas, por exemplo, as provenientes do trabalho remunerado e das atividades acadêmicas.

Entre os impactos educacionais mais frequentes nas falas das participantes está o reduzido tempo para o cumprimento de suas atividades acadêmicas (Tabela E), de modo que elas declararam realizá-las com dificuldades: *“Não tenho tempo, [...] no final de semana, para fazer trabalhos é quando a minha filha vai dormir, aí eu vou fazer o trabalho [...]”* (P1). *“Eu deixo de fazer outras atividades para acordar mais cedo e estudar os textos, para fazer as leituras ou então, eu tento conciliar [o tempo]”* (P4).

A vivência universitária exige do aluno o desenvolvimento de estratégias para o cumprimento das atividades propostas no currículo, com o subsídio de variados meios para concretizá-las, conforme o relato: *“[...] é complicado de se cumprir quando você tem trabalho, quando você tem criança em casa. Às vezes me dava vontade de fazer ali [na sala, as atividades acadêmicas], [...], o que eu tinha em mente, porque senão acumulava”* (P3).

Ávila e Portes (2012) apontam em seus estudos que graduandas, desempenhando jornadas múltiplas, utilizam-se do tempo em sala de aula para focar o quanto podem nos estudos, pois não disponibilizam de tempo fora do ambiente acadêmico.

Percebeu-se que, em alguns momentos, as participantes renunciaram atividades sociais e/ou laborais em detrimento às tarefas acadêmicas (Tabela B2). No que se refere à rotina universitária da mãe que tem trabalho remunerado, Custódio e Silva (2016) evidenciam que assim como a comunidade acadêmica geral, essas mulheres, também, dispõem de estratégias, porém, para elas, há dilemas oriundos de exigências sociais que interferem como peso extra nessas relações.

Da maneira como dividem seu tempo com outras tarefas, as participantes relataram que eram conscientes de que poderiam ter rendimento acadêmico superior ao que apresentavam, entretanto, devido à rotina entre as outras jornadas, não conseguiram obter os resultados esperados por elas, conforme os relatos a seguir: *“É mais uma questão de que eu sei que eu poderia fazer mais, mas, não consigo [...] por que eu sei que não trabalhei, e eu não culpo de dizer que é implicância do professor”* (P1). *“Gostaria de tirar nove nas disciplinas, tirei cinco, então é muito desanimador [...]. Eu tô no trabalho e tenho que cumprir, ou então, eu tenho que fazer alguma coisa em casa”* (P4).

Para além das aspirações sobre seus rendimentos, outros empecilhos, quanto aos entraves de seus desempenhos, foram revelados, tais como: a) Necessidade de levar o(s) filho(s) para a sala de aula – *“[...] eu tive que trazer meu filho algumas vezes, ele tava sem ter com quem ficar [...]”* (P3); e b) Dormir durante a aula – *“às vezes não presto muita atenção nas aulas porque eu não consigo dormir à noite, [...] eu fico querendo dormir aqui, eu acabo cochilando nas aulas.”* (P1).

Diversos são os obstáculos na vida acadêmica para qualquer aluno, entretanto, para as mulheres que necessitam conciliar estas três jornadas há uma sobrecarga, mesmo possuindo uma rede de apoio, ainda lhe é atribuída a responsabilidade maior sobre o cuidado com seu(s) filho(s).

A delegação quanto ao cuidado incide de diferentes formas para as mulheres e os homens. De maneira que a imputação do cuidado em nossa sociedade é estabelecida como da mulher, e isto a faz desenvolver estratégias e depender, por vezes, de outras pessoas quando necessita ausentar-se do lar para desenvolver outras atividades (HIRATA; KERGOAT, 2007; SORJ; FONTES; MACHADO, 2007; SORJ, 2013; HIRATA, 2015; BIROLI, 2018).

Alguns desses impactos educacionais foram relacionados nos depoimentos das participantes, levando-se em conta a preferência que faziam: “[...] a maternidade é a prioridade para mim, então assim, independente de qualquer coisa, se tiver que faltar trabalho ou se eu tiver que faltar aula, a prioridade é a criança [...].” (P4).

Quanto à priorização da maternidade e do trabalho remunerado, percebeu-se que as participantes não divergiram em suas respostas. Adicionada a isso, há cobranças sociais direcionadas às mulheres, no que se refere à maternidade e ao cuidado com sua prole, bem como à situação econômica atual, na qual se inserem no trabalho para complementar a renda familiar – e, por vezes, é somente ela quem recebe a remuneração no lar – “Quando eu engravidei [...] foi um pé no freio para graduação, porque eu não ia sacrificar o trabalho, [por que este] também faz parte da minha renda familiar” (P3). Conforme exposto no Quadro 3, a faixa salarial das participantes era entre um a três salários mínimos.

Referente à fala das participantes, quanto à rotina acadêmica em paralelo com as outras duas jornadas, pareceu tornar-se muitas vezes uma impossibilidade (Tabela B2). Duas participantes alegaram ter recorrido ao trancamento do Curso (Quadro 14) em algum momento, para que pudessem exercer outras funções. Das que não trancaram o Curso: a) Uma relatou já ter cogitado tal possibilidade – “Eu acho se eu tivesse fazendo todas as cadeiras de um semestre normal, eu teria que trancar, eu não ia conseguir” (P2); e b) A outra percebeu que alguns professores e alunos, eventualmente, lhes perguntavam sobre o trancamento (por acharem que ela não daria conta de suas tarefas) – “Não, eu não quero trancar. Eu estou aqui, eu vou dar conta sim [...]” (P1).

Para Custódio e Silva (2016), a escolha da mulher, por exercer múltiplas jornadas, que vão além do cuidado familiar, não lhe deveria custar suas pretensões acadêmicas e profissionais, ou ainda cercear seus planos.



A questão sobre a falta de tempo permeou por muitas respostas das participantes durante a pesquisa. Percebe-se que, na sociedade contemporânea, a questão do tempo sempre estará presente, mesmo mulheres que não executam esta tripla jornada se queixam da escassez do tempo, contudo, a conciliação da múltipla rotina faz com que as participantes deixem de realizar várias atividades relacionadas à graduação, a exemplo das atividades extracurriculares – conforme algumas declarações, a seguir: “*Seminários eu fiz pouquíssimos somente os que deu, aqui na UFMA, palestras só quando tem na UFMA e se for em horário de aula, em horário que eu já estou aqui*” (P3). “*Não, não participei de nada, por conta do trabalho mesmo [...], não sou só estudante [...], o trabalho já me toma muito tempo*” (P4).

A motivação para atividades extracurriculares pode ter diversas vertentes e está ligada à responsabilidade do aluno por seu percurso acadêmico, bem como aproximar-se de temas relevantes à complementação da sua formação profissional para além do proposto em sala de aula. Tal fato pode envolver desde a identificação por uma área e/ou especialidade, até o desenvolvimento de habilidades necessárias à sua profissão (OLIVEIRA; SANTOS, 2016).

A respeito dessa situação, ressalte-se a importância da participação em grupos de estudo e eventos acadêmicos, que possibilitam aos discentes, em geral, experiências para o enriquecimento da trajetória universitária. Entretanto, para duas participantes da pesquisa (Currículo 20), há exigência curricular de participações em atividades complementares, que são contabilizadas na carga horária.

## **8.2 Desafios psicossociais com a tripla jornada**

As participantes foram unânimes em seus relatos quanto às dificuldades em conciliar o tempo investido na tripla jornada, a exemplo do exposto: “*A questão do tempo na maternidade, o trabalho onerando a graduação [...], então, o principal desafio é o tempo de conciliação nessas três jornadas*” (P4).

As três participantes que possuíam atividade remunerada eram concursadas (Quadro 9) e cumpriam carga horária trabalhista de seis horas. Esse fato possivelmente, possibilitava a realização da graduação juntamente com a maternidade e o trabalho (Quadro 15). “Historicamente, o setor público é um dos que concede mais benefícios associados à maternidade, o que provavelmente, explica a significativa participação das mulheres nesse espaço laboral” (SORJ, 2013, p.10).

A participante que empreende trabalho autônomo também declarou dispor de certa flexibilização do tempo em relação à rotina laboral. “*Mando foto, trago na UFMA [os*

cosméticos que vendia]. *Às vezes eu vendo roupa, aí eu vendo mais em casa mesmo [...], às vezes não tenho que me deslocar, às vezes quando é amigo ou parente peço para ir lá em casa ver [os produtos].*” (P1).

Nessa perspectiva da flexibilização, estudiosas argumentam que o trabalho informal, embora não tenha a garantia dos direitos trabalhistas básicos e dos benefícios sociais, permite certa conciliação entre as jornadas realizadas por mulheres que trabalham e empreendem outras atividades. Todavia, em nossa sociedade, o trabalho informal é percebido como inferior à qualidade, em relação a estabilidade e garantias, se comparado com o trabalho formal (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007; SORJ, 2013).

Estatísticas demonstram que mulheres que têm ocupações remuneradas, apresentam carga horária limitada em relação à outras funções (IBGE, 2018). Entretanto, ainda que relatassem haver maleabilidade referente aos seus horários de trabalho remunerado, isto não as poupavam dos percalços e possíveis inquietações apresentadas na rotina de mães que trabalhavam e estudavam, e que por vezes, ainda são delas a incumbência do trabalho doméstico. “[...] exercer atividade remunerada não afeta as responsabilidades assumidas pelas mulheres com as atividades domésticas [...]” (IPEA, 2017, p. 4).

Sobre as aflições provenientes da tripla jornada, alguns pontos abordados por todas as participantes foram as constantes preocupações com a(o): 1) Maternidade: – “[...] *you tem que trabalhar e às vezes a criança fica doente, you tem que priorizar, tem que ficar [com o filho]*” (P4); 2) Trabalho remunerado: – “[...] *já cogitei, há uns anos atrás, sair do trabalho para me formar, mas a renda do meu esposo é equivalente a minha [...] essas coisas pesam no orçamento*” (P3); e 3) Graduação: “*Eu estou fazendo as coisas empurrando, principalmente a graduação. Eu já me sinto culpada de não estar com a minha filha, mas a graduação eu fico imaginando, [...] será que eu estou totalmente preparada?*” (P1).

O malabarismo despendido na organização e execução de suas jornadas, para cumprir as tarefas cotidianas, pode deixar-lhes passíveis a distúrbios emocionais (ÁVILA; PORTES, 2012). Com múltiplas tarefas, as participantes relataram: “[...] *falei pra ele [marido] que a gente tem que dividir, continuar dividindo e dividir mais as tarefas porque senão, eu não vou conseguir, eu vou adoecer*” (P2).

O conjunto das várias atividades realizadas na tripla jornada podem ocasionar prejuízos à saúde física e mental, por conta da carga excessiva de trabalhos realizados em curto tempo, o que não possibilita descanso e nem lazer, como ilustram os depoimentos a seguir:

“*Eu me sinto com muita dor nas costas, eu sempre estou com uma dorzinha de cabeça [...]. É uma dor que eu sei que é um peso, um cansaço, que é dessa vida corrida [...]*” (P1).

*“Eu sinto preocupação de, de repente, não dar conta, além do cansaço físico [...], você tem que ir passando de um para o outro [referente à tripla jornada], no final do dia você já está super cansada, né? Então, são essas questões, a angústia, a falta de tempo e o cansaço”* (P4).

Para além das soluções caseiras, das estratégias desenvolvidas individualmente e da rede de apoio que circundam as mulheres, é obrigação do Estado desenvolver Políticas Públicas que lhes garantam respeito às suas aspirações, bem como a criação de creches e pré-escolas, para que a inserção das mulheres no trabalho remunerado aconteça de maneira digna, sem serem penalizadas (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007; SORJ, 2013). Ademais, o cumprimento da responsabilidade do Estado favorece a entrada e permanência de mulheres em IES. Entretanto, estas decisões, sobre as Políticas Públicas, estão nas mãos de homens, que são a maioria nos órgãos gestores, decidindo sobre questões relacionadas à mulher.

Faz-se necessária a inclusão, por parte da universidade, para as novas configurações que a Contemporaneidade tem apresentado. Há de se dispor de acolhimento que englobe a humanização das relações, abrangendo, além das competências acadêmicas, a perspectiva psicossocial (URPIA; SAMPAIO, 2009). Um ambiente acolhedor vai além da disposição de creches dentro dos Campi: perpassa pela criação de atmosfera salubre<sup>9</sup> que integre diferentes públicos.

As obrigações socioculturais impostas à mulher, no que tange aos cuidados e à participação econômica familiar, ampliam os conflitos internos, muitas vezes imputando-lhe culpa por desempenhar várias funções, o que pode trazer outros pontos negativos, contudo, revela, muitas vezes, a superação pessoal de percalços que acompanham a tripla jornada (CUSTÓDIO; SILVA, 2016).

Não são apenas sentimentos relacionados à negatividade que acompanham a rotina das participantes, amiúde, a efetivação das atividades parece trazer-lhes, também, satisfação, embora de modo ambíguo: *“[...]eu percebo que estou sobrecarregada, mas eu não me sinto assim [...]. Sinto um peso um pouco maior do que antes, por isso, por estar cuidando dela [a filha], mas ao mesmo tempo eu estou muito feliz, também”* (P2).

Esta fala da participante se coaduna com um estudo feito por Custódio e Silva (2016), que discorreram sobre a satisfação das mulheres em empreender múltiplas jornadas, inclusive a realização de um curso superior. Essa justificativa concedida pela amostra estudada – pelos

---

<sup>9</sup> Sobre atmosfera salubre, concebe-se que o local respeite não somente as questões de higiene do ambiente físico, mas também relacionado a higiene mental daqueles que utilizam o espaço.

citados autores – está relacionada com a suposta melhoria de vida pessoal, laboral e familiar, após a conclusão da graduação.

### 8.3 Opinião das participantes sobre a concepção social da tripla jornada

As participantes expuseram suas opiniões (Tabela H) quanto à visão que a sociedade tem em relação à tripla jornada que realizavam, sobre a qual relataram sentir-se, em muitos momentos, julgadas. *“Acho que [a sociedade] tem a concepção errada, de que a pessoa que está nessa [tripla jornada], não vai dar conta”* (P1).

As participantes mencionaram em seus relatos que, em nossa sociedade, havia maior cobrança social para as mulheres: *“Nós mulheres, a gente está ali lutando e trabalhando, e mesmo assim você tem que dar uma satisfação [...] a gente sempre recebe cobrança porque parece que a gente nunca dá o suficiente, as pessoas estão sempre cobrando”* (P4).

Atualmente, elas exercem papéis antes negados, expandindo suas tarefas, contudo, acumulando várias funções e cobranças em seu desempenho. Em nossa sociedade, há pressão quanto ao ingresso da mulher no trabalho remunerado, porém sem descuidar da maternidade e, continuamente, estudar para alcançar melhores posições no trabalho (CUSTÓDIO; SILVA, 2016; BARROS; MOURÃO, 2018). Nos ambientes sociais com que as participantes conviviam, identificaram ou não o reconhecimento social (Tabela G). *“Quando eu falei com a minha orientadora [monografia] que eu ia precisar de um prazo maior para defender [...], ela foi super compreensiva [...]”* (P2).

Todas as participantes ponderaram sobre a cobrança que a sociedade faz com inferências sobre suas capacidades. A exemplo, declararam: 1) **Na família:** *“Eu me sinto muita cobrada, porque além de mãe e filha, eu sou esposa [...], minha mãe me cobra coisas como filha, meu marido me cobra como esposa, e minha filha como mãe”* (P1); 2) **No trabalho:** *“Ouvi, não foi só uma vez [...] que eu não ia dar conta do serviço, que aquele serviço não era para mim, por ser mulher”* (P3); e 3) **Na universidade:** *“[...] na sala de aula, a gente percebe alguns colegas que de primeira olham e pensam: ‘ah essa aí, não deve saber nada, não deve nem estudar’ [...]”* (P4).

O modelo patriarcal imposto na sociedade estratifica o lugar da mulher, causando-lhe objeções em ocupar de forma igualitária as diferentes esferas sociais com que convive (TOKUDA; PERES; ANDRÊO, 2016). Nesse modelo, as questões de gênero estão estabelecidas com idealizações, e, quando não cumpridas, há reclamações nos grupos sociais.

Outro aspecto percebido são as exigências por parte da própria mulher em executar o que lhe é demandado. *“A pressão, acho que foi eu que fiz mais. [...]. Eu que sempre me pressionei com o trabalho e os estudos [...], talvez isso tenha a ver com a cobrança social, que é um pouco velada”* (P2).

A busca pela perfeita harmonia das tarefas e a indigência de suplantação dos obstáculos, podem ocasionar um conjunto de sentimentos ambivalentes, que se exprimem no conflito das próprias necessidades e no modelo feminino imposto, em que a mulher presume realizar os diferentes papéis que desempenha (COSTA, 2018). As normas introjetadas no imaginário feminino, muitas vezes, não permitem a percepção de marcas psicossociais, bem como a possibilidade de confrontá-las.

Mesmo com as constantes exigências, uma das participantes verbalizou que desconsiderava a opinião social em relação às cobranças para com a maternidade, conforme expressa, a seguir: *“Taí uma coisa que fica meio de lado [as cobranças sociais]. Com trabalho, com faculdade e com as crianças, hoje não me cobro muito com isso não [...]”* (P3). Observou-se que, neste caso, houve superação da percepção social que lhe era exigida em relação à maternidade, contudo, nas outras jornadas ainda permanecia a percepção das exigências sociais.

Outras percepções trazidas pelas participantes relataram a opinião social referentes às seguintes questões: 1) A idade com que se tornaram mães: *“[...] eu me sentia envergonhada [...]. Ah! Tão novinha e grávida, eu escutei muitas vezes que eu não ia terminar a graduação”* (P1); 2) O estado civil: *“Porque se é mulher as pessoas acham que têm que estar casada, isso, então, te diminui como pessoa”* (P4); e 3) A licença maternidade: *“Falaram [no trabalho] que eu passei bastante tempo fora, eu disse que a licença maternidade é de quatro meses. Eu ouvi: – ‘Quatro meses? Poxa! Homem podia engravidar, também’. Como se eu tivesse tirado férias”* (P3).

As questões de gênero conferem às mulheres, nas relações estabelecidas pela sociedade, certa subordinação aos padrões vigentes. *“Às mulheres cabem as atribuições no âmbito privado muito mais que no espaço público. Maternidade e casamento ainda são vistos como etapas quase necessárias da vida de uma mulher”* (BIROLI, 2018, p. 88). Contudo, essas etapas imperativas pela sociedade existem, e originam vários ideais nos quais as mulheres deveriam cumpri-los.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as concepções de alunas do Curso de Psicologia da UFMA sobre os impactos psicossociais e educacionais das suas triplas jornadas – maternidade, trabalho remunerado e graduação.

Os temas abordados nesta pesquisa demonstraram dificuldades que as mulheres com tripla jornada podem expressar. Por exemplo: a) Na maternidade, existe a culpa em não desempenhá-la tal qual a sociedade prescreve; b) O trabalho remunerado é socialmente convencionado como essencial para o desenvolvimento pessoal e o econômico, contudo, as mulheres enfrentam discriminação relativa à questão de gênero; e c) No percurso acadêmico não conseguem cumprir como desejavam as tarefas solicitadas, ocorrendo prejuízos nos seus desempenhos educacionais. A coexistência dessa tripla jornada, possivelmente, traz danos à saúde mental e física, como perda de sono, dores no corpo, ansiedade, entre outros.

A tripla jornada, exercida pelas participantes, limitaram seus desenvolvimentos acadêmicos, causando vários impactos na trajetória educacional. Percebeu-se que há necessidade de implementação de estratégias dinâmicas que contemplem o processo de ensino-aprendizagem das mulheres com múltiplas jornadas.

No ensino superior são disponibilizados alguns apoios aos estudantes, por exemplo, nessa instituição existem bolsas de auxílio à permanência do estudante na universidade. Contudo, poderia haver a promoção de iniciativas voltadas para aquelas são mães, e mais especificamente: as que exercem atividade laboral.

No curso em que a pesquisa foi realizada há número reduzido de mulheres que trabalham e são mães. Não obstante, essa realidade é relevante para ser discutida por diversos profissionais, inclusive o profissional de Psicologia. Referente ao desenvolvimento acadêmico, a Psicologia Escolar pode promover práticas para essa população, assegurando-lhes o bem-estar mental e outros, não reproduzindo em sua prática, ações excludentes.

A Psicologia Escolar e Educacional no Ensino Superior têm grande relevância em relação ao tema desenvolvido nesta pesquisa, pois pode possibilitar o desenvolvimento de estratégias, não só no que se refere ao ensino e à aprendizagem, mas também em discussões, como as questões de gênero, visando prevenir ou minimizar os impactos para as mulheres.

A dinâmica das rotinas empreendidas demonstrou que os desafios enfrentados pelas participantes afetavam a sua saúde mental e física. Foi evidenciado na pesquisa que o trabalho remunerado e a graduação ocupavam parte do tempo, todavia, a maternidade foi a dedicação que mais demandou/demanda tempo (Quadro 15).

A partir do apresentado, as relações da maternidade, do trabalho remunerado e da graduação incidem cobranças sociais que afetam a subjetividade da mulher, visto que, ao mesmo tempo as críticas ocorrem, para que se dedique integralmente aos cuidados com a criança; há pressão social para que não seja apenas mãe, e desenvolva outras atividades que possam contribuir com a renda familiar e dar-lhe autonomia.

Outrossim, a percepção social da mulher em relação aos papéis que desempenha é imbuída socialmente de exigências e, por vezes, carregada de preconceito. Concomitante a essas imposições, a mulher, por vezes, desenvolve autocobrança para com a maternidade, além de pressões sociais para que obtenha êxito em outros aspectos da vida, com ênfase nos estudos e no trabalho remunerado.

O investimento nos estudos e no trabalho podem proporcionar à mulher a conquista da autonomia, disseminando, deste modo, práticas que lhe assegure direitos, como a igualdade nas relações com os homens e com a sociedade. A maternidade, o trabalho e a graduação não constituem escolhas que anulam umas às outras – defende-se o direito dessa tríade sem a sobrecarga. Entretanto, sem a promoção de mudanças reais na sociedade, e mais especificamente, nas instituições, dificilmente haverá transformações dessa situação adversa.

A inserção das questões de gênero, no Plano Nacional de Educação – PNE, gerou discussões, entretanto, não foi possível a inclusão dessa temática nas escolas. Todavia, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC agrega debates relacionados aos direitos humanos, tornando possível o diálogo nos ambientes educacionais. As práticas discriminatórias iniciam-se na infância, sendo de grande valia para a sociedade esse debate, desde a Educação Infantil, com o aporte interventivo do psicólogo escolar e educacional, tendo em vista a eliminação ou minimização dos impactos sofridos, relativos à questão de gênero.

Em relação ao mercado de trabalho há obstáculos que limitam as potencialidades das mulheres, a exemplo das empresas que preferem empregar os homens em detrimento da admissão das mulheres, principalmente porque a elas são delegados os cuidados referentes aos filhos. As empresas propagam a ideia de perdas com a contratação da mulher, além dos cargos de lideranças serem considerados melhor executados pelos homens. Essas relações estão implicadas às questões de gênero, demonstrando a divisão sexual do trabalho.

A criação de creches, pelos órgãos competentes, possivelmente incidiria no aumento das mulheres no mercado de trabalho, pois a maternidade não se apresentaria como empecilho. A implementação de creches poderia favorecer ainda o aspecto educacional, no qual as mulheres teriam a oportunidade de um local – supostamente seguro – para deixar seus filhos. Ademais, a falta de creche enseja algumas posturas profissionais, em sala de aula, que

representam mais equivocados que proteção à criança (filhos das discentes) – alguns professores parecem não ter visão crítica quanto à diversidade de contextos em suas turmas.

Na UFMA, há o auxílio financeiro para creche, disponibilizado para alunos que tenham filhos menores de seis anos de idade. Esse subsídio consiste no pagamento de doze parcelas no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), contudo, limita-se a atender pequena parcela de discentes que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica.

Notou-se que as participantes refletiram sobre suas vivências e perceberam as dificuldades oriundas do cumprimento da tripla jornada, assim como a concepção de que a sociedade tem acerca dessas atividades desempenhadas. Ainda que houvesse percalços, demonstraram certo contentamento em suas performances e reconhecimento em alguns ambientes que atuam.

Observou-se a relevância do estudo em propor a análise sobre a condição feminina que empreende a tripla jornada na sociedade. Faz-se urgente falar, também, do protagonismo feminino na busca pelos seus direitos, em que, mesmo com tempo reduzido para realizar suas jornadas, ocupam os espaços e demonstram superações quanto as limitações impostas socialmente.

Realizar-se-á a devolutiva com as participantes para demonstrar os resultados encontrados e divulgar os desfechos dessa pesquisa à Coordenação do Curso de Psicologia/UFMA.

Sugere-se a discussão da temática abordada por intermédio de variadas ações. Por exemplo: a realização de palestras; a cobrança, de órgãos competentes, na responsabilização da construção e do cumprimento de Políticas Públicas voltadas às mulheres – a pesquisadora pretende inserir-se em um grupo denominado Coletivo de Mães da UFMA para viabilizar essas ações.

Propõe-se à Psicologia Escolar e Educacional ações, visando a diminuição dos impactos acadêmicos e psicossociais, dentre outros, para as mulheres com tripla jornada. Que esse profissional tenha atuação crítica e com responsabilidade social, inclusive buscando a promoção de Políticas Públicas justas e pertinentes.

Esta pesquisa aspirou à discussão sobre os desafios psicossociais e educacionais de mulheres no enfrentamento da tripla jornada – maternidade, trabalho remunerado e graduação, observando, ainda, as percepções sociais marcadas pelos contextos. Ademais, sugere-se que novos estudos sobre esta temática possam ser realizados.



## REFERÊNCIAS

- ACORDI, D. R. Da chibata ao magistério: a trajetória da educação feminina no Brasil patriarcal. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 834-836, Dez. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2007000300022&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000300022&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 19 nov. 2018.
- ALGRANTHI, L. M. Famílias e Vida Doméstica. In: Novais, F. A. (coordenador-geral); Mello e Souza, L. (org.). **História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa**. Vol. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 84-154.
- ANDRADE, A. S. *et al.* Vivências acadêmicas e sofrimento psíquico de estudantes de psicologia. **Psicologia Ciência & Profissão**, Brasília, v. 36, n. 4, p. 831-846, dez. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932016000400831&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932016000400831&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 06 jun. 2018.
- ÀRIES, P. **História social da infância e da família**. 2. ed. Tradução de D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1981.
- ÁVILA, R. C.; PORTES, E. A. Notas sobre a mulher contemporânea no ensino superior. **Mal-estar e Sociedade**, Barbacena, v. 2, n. 2, p. 91-106, Jun. 2009. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/malestar/article/view/13>. Acesso em: 31 out. 2018.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. [Tradução de Waltensir Dutra]. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- BARBOSA, R. M.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 393-402, Sept. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2010000300011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2010000300011&lng=en&nrm=iso). Acesso em 27 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2010000300011>.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. Vol. 1. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949-2016.
- BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BISINOTO, C.; MARINHO-ARAÚJO, C.; ALMEIDA, L. A atuação da psicologia escolar na educação superior: algumas reflexões. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, [s.l.], p. 39-55, jul. 2011. Disponível em: <http://impactum-journals.uc.pt/rppedagogia/article/view/1293>. Acesso em: 24 nov. 2018.
- BISINOTO, C.; MARINHO-ARAÚJO, C.; ALMEIDA, L. Serviços de psicologia na educação superior: panorama no Brasil e em Portugal. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 82-90, Jul. 2014. Disponível em: <http://revistas.udc.es/index.php/reipe/article/view/reipe.2014.1.1.27>. Acesso em: 24 nov. 2018

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8069.htm). Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.421, de 15 de abril de 2002.** Dispõe sobre o direito à licença maternidade e ao salário-maternidade e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10421.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10421.htm). Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.770, de 09 de setembro de 2008.** Dispõe sobre a criação do Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11770.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11770.htm). Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.255, de 29 de dezembro de 2017.** Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9255.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9255.htm). Acesso em: 11 jun. 2019.

CARVALHO, T. O.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar no Brasil e no Maranhão: percursos históricos e tendências atuais. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, [s. l.], v. 13, n.1, jan/jun de 2009. p. 65-73. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572009000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572009000100008&lng=en&nrm=iso). Acesso em 24 nov. 2018.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Psicologia: uma profissão de muitas e diferentes mulheres.** Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013. 250p. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2014/01/Publica%C3%A7%C3%A3o\\_Mulher\\_FIN\\_AL\\_WEB.pdf](https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2014/01/Publica%C3%A7%C3%A3o_Mulher_FIN_AL_WEB.pdf). Acesso em 26 nov. 2018.

COLARES, S. C. S.; MARTINS, R. P. M. Maternidade: uma construção social além do desejo. **Revista de Iniciação Científica da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 6, n. 1, 2016, p. 42-47. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/iniciacaocientifica/article/view/2654>. Acesso em: 05 set. 2018.

COSTA, F. A. Mulher, trabalho e família: os impactos do trabalho na subjetividade da mulher e em suas relações familiares. **Pretextos** – Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, Minas Gerais, v. 3, n. 6, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15986>. Acesso em: 25 maio 2019.

CUSTÓDIO, M. A. C.; SILVA, D. P. Trajetória de vida acadêmica de mulheres maranhenses: um estudo do processo de acesso e permanência no Curso de Pedagogia. **Revista Ártemis**, [s.l.], v. 22, p. 55-62, 2016. Disponível em: [www.periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/download/29628/16814](http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/download/29628/16814). Acesso em: 05 set 2018.

DINIZ, C. R.; SILVA, I. B. **Metodologia científica**: tipos de método e suas aplicações. Campina Grande; Natal: EDUEP, 2008.

FONSECA, M. F. S. A inserção das mulheres no mercado de trabalho como uma exigência do capital e a divisão sexual do trabalho. **Extraprensa** (USP), São Paulo, v. 9, n. 17, p. 90-101, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/epx17-a07>. Acesso em: 29 out 2018

FREIRE, N. M. Conferência de abertura: seminário Gênero, Família e Trabalho em perspectiva comparada. *In*: ARAÚJO, C.; PICANÇO, F.; SCALON, C. (org.). **Novas conciliações e antigas tensões?** Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada. 2.ed. Bauru, SP: EDUSC, 2007. p.11-18.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: MYNAYO, C. (org.). **Pesquisa Social**: teoria método e criatividade. 28.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p.61-77.

GRADVOHL, S. M. O.; OSIS, M. J. D.; MAKUCH, M. Y. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. **Pensando fam.**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 55-62, jun. 2014. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2014000100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000100006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 10 jun. 2018.

GUIRALDELLI, R. Presença feminina no mundo do trabalho: histórias e atualidade. **Estudos do Trabalho**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2007. Disponível em: [http://www.estudosdotrabalho.org/Guiraldelli\\_RET01.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/Guiraldelli_RET01.pdf). Acesso: em 29 out. 2018.

GUZZO, R. S. L. *et al.* Psicologia e educação no Brasil: uma visão da história e possibilidades nessa relação. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 26, n. *spe*, p. 131-141, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722010000500012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000500012&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 24 nov. 2018.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, Dec. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 05 set. 2018.

HIRATA, H. **Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero**: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2015. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

HOUAISS, A. **Maternidade**. Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa. 4. ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. p. 509.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101551>. Acesso em: 11 mar. 2018.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça** – 1995 a 2015. Base de dados. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306\\_retrato\\_das\\_desigualdades\\_de\\_gnero\\_raca.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_gnero_raca.pdf). Acesso em: 09 nov. 2018.

KONDER, L. **O que é dialética?** In: COLEÇÃO PRIMEIROS PASSOS. Vol. 23. 28 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

MALDONADO, M. T. **Psicologia da gravidez: parto e puerpério**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

MARINHO-ARAÚJO, C. M. Inovações em psicologia escolar: o contexto da educação superior. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 33, n. 2, p. 199-211, Jun. 2016. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103166X2016000200199&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103166X2016000200199&lng=en&nrm=iso). Acessado em: 24 nov. 2018.

MELO, H. P.; THOMÉ, D. **Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MONTEIRO, I. V.; GATI, H. H. A Mulher na história da educação brasileira: entraves e avanços da época. SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 9, Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, 31 jul. a 03 ago. 2012. **Anais Eletrônicos ...** Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.09.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.09.pdf). Acesso em: 08 out. 2018.

MOURA, S. M. S. R.; ARAÚJO, M. de F.. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 44-55, Mar. 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932004000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000100006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10 Jun. 2018.

MOURA, F. R.; FACCI, M. G. D. A atuação do psicólogo escolar no ensino superior: configurações, desafios e proposições sobre o fracasso escolar. **Psicol. Esc. Educ., Maringá**, v. 20, n. 3, p. 503-514, Dec. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572016000300503&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572016000300503&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 24 nov. 2018.

NEVES, M. A. Anotações sobre trabalho e gênero. **Cad. Pesq.**, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 404-421, Ago. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742013000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000200003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 19 set. 2018.

ONU Mulheres. Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social – Brasília: **ONU Mulheres** - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, 2016. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/05/encarte-Mais-igualdade-para-as-mulheres-brasileiras\\_site\\_v2.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/05/encarte-Mais-igualdade-para-as-mulheres-brasileiras_site_v2.pdf). Acesso em: 30 maio 2019.

PEREIRA, A. C. F.; FAVARO, N. A. L. G. História da mulher no ensino superior e suas condições atuais de acesso e permanência. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE: Formação de Professores - edição internacional, 13, 2017, Curitiba. Anais [...].* Curitiba: PUCPR, 2017. p. 5527-5542. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26207\\_12709.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26207_12709.pdf). Acesso em: 05 set. 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.faatensino.com.br/wp-content/uploads/2014/11/2.1-E-book-Metodologia-do-Trabalho-Cientifico-2.pdf> Acesso em: 22 fev. 2018.

QUEIROZ, D. M. Ações Afirmativas na Universidade e Acesso de Mulheres Negras. **Revista Ártemis**, v. 08, p. 123-145, 2008. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2312>. Acesso em 28 nov. 2018.

RESENDE, D. K. Maternidade: uma construção histórica e social. **Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 2, n. 4, p. 175-191, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15251>. Acesso em: 05 set. 2018.

RIBEIRO, C. V. S.; LÉDA, D. B. O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. **Estud. Pesq. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, dez. 2004. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S18084281200400030006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S18084281200400030006&lng=pt&nrm=iso). Acessado em: 22 de maio 2018.

SANTANA, A. C.; PEREIRA, A. B. M.; RODRIGUES, L. G. Psicologia Escolar e educação superior: possibilidades de atuação profissional. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 18, n. 2, p. 229-237, Ago. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141385572014000200229&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141385572014000200229&lng=en&nrm=iso). Acessado em: 24 nov. 2018.

SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D. C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil: issues and policies in Brazil. **Cad. Pesq.**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 573-594, dez. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742007000300004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 05 set. 2018.

SORJ, B. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cad. Pesq.**, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 478-491, ago. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742013000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000200006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 02 ago. 2018.

SORJ, B. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 123-128, Jun. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702014000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100009&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 02 out. 2018.

STAMATTO, M. I. S. Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil: 1549 - 1910). *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2, 2002, Natal. Anais [...].*

Natal: SBHE, 2002. p. 1-11. Disponível em:  
<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0539.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2018.

TAKAHARA, A. L.; MENDES, A. M. P. C.; RINALDI, G. P. Mulher na educação superior: alguns apontamentos para o debate. **Programa de Apoio à Iniciação Científica – Caderno PAIC 2015/2016**, v. 17, n. 1, p. 263-270, 2016. Disponível em:  
<https://cadernopaic.fae.edu/cadernopaic/article/view/196/156>. Acesso em: 05 set. 2018.

THOME, C. F.; SCHWARZ, R. G. Desigualdade em razão de gênero e divisão sexual do trabalho: suas consequências sobre a saúde das trabalhadoras. **Revista Direitos Humanos Fundamentais**, ano 15, v. 2, p. 187-202, 2015. Disponível em:  
[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_boletim/bibli\\_bol\\_2006/fieo09.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/fieo09.pdf). Acesso em: 02 out. 2018.

TOKUDA, A.M. P.; PERES, W. S.; ANDREO, C. Família, Gênero e Emancipação Psicossocial. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 36, n. 4, p. 921-931, Dec. 2016. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932016000400921&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932016000400921&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 maio 2019.

URPIA, A. N. O; SAMPAIO, S. M. R. Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação maternidade - vida universitária. **Recôncavos**, Cachoeira, v. 3, p. 30-43, 2009. Disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/reconcavos/article/view/1094/663>. Acesso em: 10 maio 2019.

VERAS, E.; OLIVEIRA, F. D. P. M. Políticas Públicas para a maternidade: uma análise das licenças por maternidade e paternidade à luz da igualdade e da sustentabilidade social. **Revista do Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 115 – 134, Jan/Jun. 2017. Disponível em:  
[https://www.researchgate.net/publication/322678534\\_POLITICAS\\_PUBLICA\\_PARA\\_A\\_MATERNIDADE\\_UMA\\_ANALISE\\_DAS\\_LICENCAS\\_POR\\_MATERNIDADE\\_E\\_PATERNIDADE\\_A\\_LUZ\\_DA\\_IGUALDADE\\_E\\_DA\\_SUSTENTABILIDADE\\_SOCIAL2017](https://www.researchgate.net/publication/322678534_POLITICAS_PUBLICA_PARA_A_MATERNIDADE_UMA_ANALISE_DAS_LICENCAS_POR_MATERNIDADE_E_PATERNIDADE_A_LUZ_DA_IGUALDADE_E_DA_SUSTENTABILIDADE_SOCIAL2017)  
3. 115. 10.26668/IndexLawJournals/2525-9857/2017.v3i1.1805. Acesso em: 08 nov. 2018.

VIEIRA, R. C.; CAMPOS, R. H. F. Notas sobre a introdução, recepção e desenvolvimento da medida psicológica no Brasil. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 2, p. 417-425, dez. 2011. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2011000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2011000200006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 05 set. 2018.

WHATSAPP. **Página Inicial**. 2018. Disponível em: <https://www.whatsapp.com/>. Acesso em: 15 fev. 2019.

**APÊNDICES**

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS / DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**  
Avenida dos Portugueses, s/n – Bacanga – 65.080-040 São Luís (MA). Fone: (98) 3272-8336

- A– Quais as atividades acadêmicas realizadas por você, atualmente na graduação?
- B– Como você lida com a tripla jornada – maternidade, trabalho remunerado e graduação?
- C– Quais são os desafios encontrados por você na maternidade?
- D – Quais são os desafios encontrados por você no trabalho remunerado?
- E – Quais são os desafios encontrados por você na graduação?
- F - Como você se sente ao exercer cotidianamente, a tripla jornada – maternidade, trabalho remunerado e graduação?
- G – Você se sente reconhecida no ambiente – familiar, trabalhista e acadêmico – com as atividades realizadas na tripla jornada (maternidade, trabalho remunerado e graduação)?
- H – Como você se sente sobre a concepção social referente à tripla jornada – maternidade, trabalho remunerado e graduação?



## APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SOCIOLABORAL<sup>10</sup>



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS / DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**  
 Avenida dos Portugueses, s/n – Bacanga – 65.080-040 São Luís (MA). Fone: (98) 3272-8336

- 1 – Idade: \_\_\_\_\_ anos
- 2 – Período: \_\_\_\_\_
- 3 – Estado Civil:  
 Casada  Solteira  Convivente  Separada  Viúva  Outras
- 4 – Quantas pessoas, incluindo você, moram em sua residência?  2  3  4 ou mais.
- 5 – Quantidade de filho(s)?  1  2  3 ou mais.
- 6 – Idade(s) do(s) filho(s):  0 a 3 anos  4 a 8 anos  9 a 12 anos  13 ou mais
- 7 – Você recebe auxílio de alguém no cuidado com o(s) filho(s)?  Sim  Não
- 8 – Tornou-se mãe durante a graduação?  Sim  Não
- 9 – Que trabalho remunerado exerce atualmente? \_\_\_\_\_
- 10 – Há quanto tempo trabalha?  1 a 3 anos  4 a 7 anos  8 ou mais.
- 11 – Qual sua faixa salarial?  1 a 3 salários mínimos  mais de 4 salários mínimos.
- 12 – Tem vínculo empregatício?  Sim  Não
- 13 – Em que ano e semestre entrou no Curso de Psicologia/UFMA? \_\_\_\_\_
- 14 – Precisou se ausentar do trabalho remunerado e/ou da graduação por conta da maternidade?  
 Sim  Não
- 15 – Em média, quantas horas por dia atua em cada uma das três jornadas?  
 Maternidade: \_\_\_ h; Trabalho remunerado: \_\_\_ h; Graduação: \_\_\_ h.

Data de Aplicação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018

---

<sup>10</sup> Elaborado pela pesquisadora.

## APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS / DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**  
 Avenida dos Portugueses, s/n – Bacanga – 65.080-040 São Luís (MA). Fone: (98) 3272-8336

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(Elaborado de acordo com a Resolução nº 466/2012 – CNS/CONEP e o Código de Ética Profissional do Psicólogo, nov./2014)

Você está convidada a participar como voluntária da pesquisa “Maternidade, Trabalho Remunerado e Graduação: desafios psicossociais e educacionais dessa tripla jornada”, que será realizada pela graduanda em Psicologia/UFMA, Maurícia Paz Aguiar, sob a orientação da professora Dr<sup>a</sup> Maria Áurea Pereira Silva - Departamento de Psicologia. O objetivo geral deste estudo será: analisar concepções de alunas do Curso de Psicologia da UFMA sobre impactos psicossociais e educacionais em suas atividades de maternidade, trabalho remunerado e graduação.

Os critérios de inclusão para participar da pesquisa consideram a tripla jornada de atividades: a) Maternidade – ter filho (s) entre 0 e 12 anos de idade incompletos, que resida na mesma casa da mãe; b) Trabalho remunerado – com ou sem vínculo empregatício; e c) Graduação – discente regularmente matriculada no Curso de Psicologia/UFMA que não esteja em exercício domiciliar no período da coleta de dados. Os critérios de exclusão da pesquisa, considera também a tripla jornada de atividades: a) Maternidade – ter filho (s) maiores de 12 anos de idade; b) Trabalho – no período da pesquisa não receber remuneração por atividade realizada; e c) Graduação – discente que esteja com o curso no Curso de Psicologia/UFMA trancado no período da pesquisa.

A pesquisa consistirá em duas etapas: a primeira refere-se ao preenchimento do questionário sociolaboral e a segunda, a realização da entrevista, que será gravada - quando o roteiro será disponibilizado; a duração da entrevista terá aproximadamente 90 minutos, e ocorrerão em dia e horário previamente agendados com a participante. Será garantido o sigilo de qualquer informação que possibilite a identificação da participante - serão utilizados siglas ou nomes fictícios; e os resultados finais serão apresentados na forma de trabalho de conclusão do curso e possíveis produções científicas.

Destaca-se ainda, que a pesquisa apresenta riscos mínimos, contudo, caso a participante sinta desconforto ou incômodo poderá interromper a sua participação na pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou penalidade. Se for necessário, com vistas a amenizar ou eliminar possíveis desconfortos, a pesquisadora oferecerá páginas impressas do conteúdo e explicará novamente os procedimentos em etapas para melhor conhecimento. O benefício que este trabalho poderá trazer para a participante não é direto e imediato, mas poderá ampliar o conhecimento sobre os desafios psicossociais e educacionais, vivenciados pelas mulheres que enfrentam a tripla jornada – maternidade, trabalho remunerado e graduação.

Para maiores esclarecimentos sobre a pesquisa você entrará em contato com a pesquisadora pelos e-mails: aguiar.maura@gmail.com e pelo telefone (98) 98838-9561. Em caso de dúvidas sobre questões éticas em relação a essa pesquisa, poderá contatar com o Comitê de Ética em Pesquisa/UFMA, localizado na Avenida dos Portugueses, s/n, Campus Universitário do Bacanga, Prédio do CEB Velho – PPPG, BI C, sala 07, São Luís - MA ou pelo telefone 3272-8708.

Esse documento tem duas vias e você receberá uma cópia deste Termo.

Considerando os itens acima expostos, eu, \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_, de maneira livre e esclarecida, expresseo meu interesse em participar desta pesquisa.

São Luís, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
 Participante

\_\_\_\_\_  
 Pesquisadora responsável: Maurícia Paz Aguiar

## APÊNDICE D – TERMO DE ANUÊNCIA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS / DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**  
 Avenida dos Portugueses, s/n – Bacanga – 65.080-040 São Luís (MA). Fone: (98) 3272-8336

### TERMO DE ANUÊNCIA

Prezado Coordenador do Curso de Psicologia - UFMA,

Eu, Maurícia Paz Aguiar, solicito a autorização de V. S<sup>a</sup>. para realizar neste Curso, a pesquisa de monografia intitulada: **Maternidade, Trabalho Remunerado e Graduação: desafios psicossociais e educacionais de mulheres que vivenciam essa tripla jornada**, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Áurea Pereira Silva.

A partir de discussões atuais relacionadas às conquistas e as lutas femininas por igualdade de oportunidades, é importante salientar como a mulher se relaciona com as múltiplas atividades que desenvolve. Estudos entre maternidade e trabalho remunerado constituem temática discutidas na sociedade atual, contudo, no que se refere à relação maternidade, trabalho remunerado e graduação, há escassez de estudos na Psicologia.

Utilizarei como método a Dialética, que considera que as categorias não podem ser vistas com rigidez e dissociadas entre si, mas que de alguma maneira elas se relacionam, levando a indagações e estudos para a compreensão com base na dinâmica social, histórica, política, dentre outras categorias, de maneira plural ao fenômeno que se apresenta. A coleta das informações das participantes da pesquisa será realizada por meio de um roteiro de entrevista e um questionário sociolaboral. Neste estudo, possivelmente a coleta de dados ocorrerá aproximadamente durante 05 (cinco) horas por semana.

No processo desta pesquisa utilizarei: o Código de Ética Profissional do Psicólogo e a Resolução n<sup>o</sup> 466/2012 - Conselho Nacional de Saúde/Comissão Nacional de Ética e Pesquisa (CNS/CONEP), que trata da pesquisa com seres humanos. A partir destas referências, ressalta-se que a pesquisa não evidencia risco físico e apresenta risco mínimo à saúde mental das participantes; e em todas as fases desta pesquisa haverá sigilo. A pesquisadora responderá possíveis dúvidas e se propõe a devolver os resultados ao curso de Psicologia/UFMA.

Eu, \_\_\_\_\_, Coordenador do Curso de Psicologia - UFMA, concedo a permissão para que seja feita, a pesquisa de Maurícia Paz Aguiar, sob a orientação a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Áurea Pereira Silva.

São Luís-MA, \_\_\_/\_\_\_/2018.

---

Assinatura do Coordenador do Curso de Psicologia – UFMA

---

Assinatura da pesquisadora